CÂMARA MUNICIPAL
São Sebastião do Paraíso

Diário Oficial LEGISLATIVO

Ano 2026 **Publicado em 18 de novembro de 2026** **Edição nº 248**

ATAS

ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2ª PERÍODO LEGISLATIVO DE 2026., DA 39ª CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, MG.

Aos nove dias do mês de novembro de 2026, às 19 horas, na Sala das Sessões Presidente Tancredo Neves, situada à Av. Dr. José de Oliveira Brandão Filho, 445, nesta cidade de São Sebastião do Paraíso, MG, sob a presidência do vereador Lisandro José Monteiro, Vice-Presidente, a vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos, 2º Vice-Presidente, o vereador Juliano Carlos Reis, Secretário, o vereador Luiz Benedito de Paula, 2º Secretário o vereador Marcos Antônio Vitorino, com a presença dos ilustres vereadores: Antônio César Picirilo, Oliveira Andrade, Daiane Jesus de Oliveira Andrade, Marcos Antônio Vitorino, Laís Pimenta de Carvalho Sacoda, Roney Valdemar de Oliveira Vilaça e Tomás Salviano Martins, com a ausência do vereador Paulo César de Souza (que chegou após a votação dos projetos), realizou-se esta Reunião Ordinária do Poder Legislativo Municipal. Havendo número regimental, o presidente declarou aberta a sessão e convidou o vereador Antônio César Picirilo para desfraldar o Pavilhão Nacional. **CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS:** Foi dada leitura às seguintes correspondências: Convite do 43º Batalhão da Polícia Militar – Assessoria de Comunicação, recebido em 04 de novembro de 2026, para a Solenidade de Transmissão e Assunção do Comando da 18ª Região da Polícia Militar, ocasião em que o Coronel PM Cláudio Aparecido da Silva transmitirá o comando ao Coronel PM Jean Carlo Alcântara Pedra, a realizar-se no dia 12 de novembro de 2026, às 9 horas, no Salão Azul do Palace Hotel, localizado no Parque José Afonso Junqueira, em Poços de Caldas/MG, solicitando a confirmação de presença até o dia 10 de novembro; Ofício nº 359/JCR/2026 – 09/11/2026, de autoria do Vereador Juliano Carlos Reis, encaminhando justificativa de ausência à Sessão Ordinária realizada naquela data, informando a impossibilidade de seu comparecimento; correspondência da Telefônica Brasil S.A. (Vivo), referente ao protocolo AN-03781/2026, encaminhando resposta aos Ofícios nº 345/Pres.LJM/2026 e nº 521/2026/COQL/SCO-ANATEL, relacionados às solicitações de providências quanto à deficiência na cobertura de telefonia móvel no Distrito de Guardinha, no Município de São Sebastião do Paraíso; correspondência encaminhada por Paulo Oliveira, em 30 de outubro de 2026, com reclamação referente à falha na coleta de lixo, informando que o serviço não estaria sendo realizado regularmente e solicitando os endereços eletrônicos dos departamentos responsáveis para formalização da reclamação; correspondência da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais (SEGOV), em resposta aos Ofícios nº 311/Pres.LJM/2026 e nº 205/Pres.LJM/2026, referentes à solicitação de reavaliação da medida que estabeleceu o Presídio de Santa Rita do Sapucaí como unidade de ingresso para mulheres presas na região de São Sebastião do Paraíso, encaminhando, para conhecimento, o Ofício SEJUSP/ADM nº 1872/2026 e a respectiva determinação judicial, expedidos pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública; correspondência da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, encaminhada por Daniel Alves, contendo o calendário dos eventos esportivos previstos para o mês de novembro de 2026; e correspondência da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais (ARSAE-MG), por intermédio de seu Gabinete, encaminhando o Ofício Circular ARSAE/GAB nº 71/2026 e respectivos anexos, para conhecimento e análise dos Vereadores, referentes à

publicação da Resolução ARSAE-MG nº 236/2026, que dispõe sobre o cofaturamento de serviços públicos de saneamento. **TRIBUNA LIVRE:** A convite do vereador Tomás Salviano Martins, foram convidadas para fazer uso da tribuna as professoras doutoras Alessandra de Souza Rodrigues e Natália Silva, juntamente com as demais docentes, pesquisadoras e colaboradoras que integram a equipe do projeto "Digitalmente 60 Mais". Na sequência, foi realizada a apresentação das professoras e de suas respectivas áreas de atuação. A professora doutora Alessandra de Souza Rodrigues foi apresentada como doutora e mestre em Ciências da Computação e Matemática Computacional pela Universidade de São Paulo (USP), docente e pesquisadora vinculada à Universidade Federal de Lavras (UFLA), com especialização na área de Interação Humano-Computador, especialmente em usabilidade, acessibilidade e envelhecimento. Foi mencionado que recebeu, em 2024, o prêmio Júlia Coutinho Anacleto, considerado uma das importantes honrarias científicas do país na área de informática e interação humano-computador. No projeto Digitalmente 60 Mais, lidera a vertente tecnológica voltada à usabilidade, trabalhando na adaptação de metodologias de ensino digital para tornar o uso de smartphones e aplicativos mais acessível, simples e seguro para as pessoas idosas. Em seguida, foi apresentada a professora doutora Natália Silva, doutora em Ciências, docente e pesquisadora da Libertas – Faculdades Integradas, com atuação na área de Psicologia da Saúde, especialmente em cuidados humanizados, saúde mental, bem-estar e qualidade de vida. Sua participação no projeto envolve a perspectiva humana, comportamental e pedagógica, avaliando os impactos do aprendizado digital na autonomia, autoestima, saúde cognitiva e inclusão social da população idosa de São Sebastião do Paraíso. Pela ordem, a professora Natália Silva cumprimentou os presentes, agradeceu o convite realizado pelo vereador Tomás Salviano Martins e a oportunidade de apresentar o projeto à Câmara Municipal. Também agradeceu às autoridades, à comunidade e aos estudantes da UFLA e da Libertas que estavam presentes e que participam diretamente do desenvolvimento das atividades. Explicou que a apresentação tinha como objetivo mostrar o funcionamento do projeto Digitalmente 60 Mais e apresentar a possibilidade de sua futura implantação e ampliação no município. Inicialmente, contextualizou a importância da iniciativa diante do envelhecimento populacional, fenômeno que ocorre mundialmente e que exige atenção crescente dos governos e dos responsáveis pela elaboração de políticas públicas. Destacou que a população brasileira está envelhecendo rapidamente, em um processo que ocorreu de maneira gradual nos países desenvolvidos, especialmente na Europa, mas que acontece em ritmo acelerado em países emergentes, como o Brasil. Ressaltou que essa mudança demográfica exige adaptações e a construção de novas políticas públicas capazes de atender às necessidades de uma parcela cada vez maior da população. Explicou que o aumento da expectativa de vida está relacionado, entre outros fatores, aos avanços tecnológicos, à melhoria do saneamento básico e às melhores condições de qualidade de vida. Como consequência, atualmente existem pessoas que chegam aos 80, 90 e até 100 anos, sendo cada vez mais comum a realidade de idosos que também precisam cuidar de outros idosos. Diante desse cenário, ressaltou a importância da atuação do Poder Legislativo na discussão e elaboração de políticas públicas voltadas a essa população, especialmente no que diz respeito à inclusão digital. Para demonstrar a dimensão dessa transformação, informou que, entre os anos de 2000 e 2022, houve um crescimento de 56% da população idosa no Brasil, evidenciando a velocidade com que esse grupo vem aumentando e a necessidade de preparar os serviços e as estruturas públicas para atender a essa realidade. Em seguida, abordou a relação entre o envelhecimento e o acesso às tecnologias, observando que a sociedade está cada vez mais integrada aos meios digitais e que diversos serviços essenciais passaram a depender de conhecimentos tecnológicos. Citou como exemplos o acesso ao GOV.br, a realização da prova de vida, os serviços bancários, o atendimento do INSS e outros serviços públicos que exigem que os cidadãos saibam utilizar ferramentas digitais. Ressaltou que, além da necessidade de utilizar esses recursos para atividades cotidianas, a população idosa também está mais exposta aos riscos relacionados aos golpes digitais, especialmente quando não possui conhecimento suficiente para identificar situações suspeitas, proteger seus dados e utilizar os aplicativos com segurança. Considerou preocupante o aumento dessas dificuldades e destacou que é necessário ampliar as ações de orientação e esclarecimento, para que os idosos possam utilizar a tecnologia sem ficarem vulneráveis a fraudes e situações de risco. Acrescentou que a inclusão digital também contribui para reduzir o isolamento social, uma vez que permite aos idosos realizar chamadas com familiares, participar de grupos, manter contato com pessoas próximas e encontrar formas mais acessíveis de interação e socialização. Destacou que o acesso à tecnologia favorece a

autonomia, a participação social e a qualidade de vida, além de possibilitar maior independência na realização de atividades diárias. Ressaltou, ainda, que a inclusão digital da pessoa idosa não representa apenas uma iniciativa de interesse social, mas também um direito previsto na legislação. Citou o artigo 21 do Estatuto da Pessoa Idosa, que estabelece a necessidade de oferta de cursos especiais para idosos, com conteúdos relacionados às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, visando à sua melhor integração à vida moderna. Explicou que o projeto Digitalmente 60 Mais procura justamente atender a esse objetivo, oferecendo oportunidades para que a população idosa aprenda a utilizar as tecnologias digitais e tenha acesso às ferramentas necessárias para acompanhar as transformações da sociedade. Mencionou que pesquisas e evidências científicas já demonstram os benefícios dessas tecnologias para as pessoas idosas, entre eles o aumento do contato com familiares, a redução do isolamento social, o acesso a informações sobre saúde, a ampliação da independência e a possibilidade de um envelhecimento mais ativo. Entretanto, chamou a atenção para as dificuldades de acesso decorrentes das condições financeiras, questionando quantos idosos possuem efetivamente um smartphone, um tablet ou outros equipamentos necessários para participar desse processo de inclusão. Ressaltou que não basta oferecer orientações se parte da população não dispõe dos recursos tecnológicos para acompanhar as atividades. Explicou que o projeto procura atender tanto os idosos ativos na sociedade, que participam das atividades realizadas na UFLA, quanto aqueles que se encontram institucionalizados. Nesse sentido, mencionou a experiência desenvolvida no Asilo São Vicente de Paulo, onde a equipe também levou as atividades de inclusão digital aos residentes, considerando as particularidades e limitações desse público. Destacou que o trabalho realizado na instituição demonstrou a importância de ampliar o acesso às atividades para além dos idosos que possuem autonomia e condições de frequentar regularmente os cursos oferecidos na universidade. Ao finalizar sua apresentação inicial, passou a palavra à professora Alessandra de Souza Rodrigues, para que detalhasse a metodologia, as atividades e as possibilidades de expansão do projeto. A professora Alessandra de Souza Rodrigues cumprimentou os presentes e explicou que sua trajetória acadêmica e profissional já estava relacionada ao desenvolvimento de soluções voltadas à melhoria da experiência de uso das tecnologias pelas pessoas idosas. Relatou que realizou seu mestrado e doutorado na Universidade de São Paulo, em São Carlos, com pesquisas direcionadas ao desenvolvimento de ferramentas e soluções que facilitassem a interação desse público com os recursos tecnológicos. Informou que trabalha com pessoas idosas desde 2016 e que, durante sua formação na USP, participou de um projeto semelhante, no qual eram oferecidos cursos para transmitir conhecimentos sobre o uso de tecnologias. Naquela experiência, eram abordados conteúdos como utilização do WhatsApp, envio de e-mails, compreensão do funcionamento do correio eletrônico, configurações do celular e cuidados necessários durante a navegação na internet, incluindo orientações sobre exposição excessiva e segurança digital. Explicou que, ao chegar à UFLA, identificou a possibilidade de desenvolver uma iniciativa semelhante em São Sebastião do Paraíso, levando à população local os conhecimentos e a metodologia que já vinham sendo trabalhados anteriormente. Apresentou, então, o projeto Digitalmente 60 Mais como uma ação de extensão da UFLA, Campus São Sebastião do Paraíso, realizada em parceria com a Libertas – Faculdades Integradas, cujo objetivo é promover a inclusão digital de pessoas com 60 anos ou mais, capacitando-as para utilizar smartphones, tablets e computadores de maneira segura, autônoma e consciente. Explicou que, para alcançar esse objetivo, são realizados cursos e oficinas que combinam conteúdos teóricos e atividades práticas, permitindo que os participantes compreendam as orientações e, em seguida, exercitem aquilo que aprenderam nos próprios equipamentos. Destacou que o projeto também conta com a participação de estudantes das instituições parceiras, que auxiliam as professoras durante as aulas e acompanham os idosos na realização das atividades. Informou que, atualmente, são oferecidos cursos na Universidade Federal de Lavras, por meio da atividade denominada “Práticas de Smartphones para a Terceira Idade”. As aulas acontecem todas as sextas-feiras, das 14h às 15h30, gratuitamente, sendo necessário que o participante leve apenas seu próprio celular. A equipe disponibiliza apostilas e materiais didáticos, além de contar com estudantes monitores que auxiliam os idosos durante as atividades práticas, esclarecendo dúvidas e oferecendo acompanhamento individualizado sempre que necessário. Relatou que a turma da UFLA conta com aproximadamente 30 idosos, o que torna especialmente importante a presença dos monitores para que todos recebam a atenção necessária durante os exercícios. Aproveitou a apresentação para mencionar os estudantes Gabriel e João Vittor, além dos alunos

da Libertas, que participam do trabalho e colaboram diretamente na condução das atividades. Em seguida, explicou que o projeto também é desenvolvido no Asilo São Vicente de Paulo, com uma metodologia adaptada às características dos residentes. Destacou que os idosos que frequentam as aulas na UFLA são, em sua maioria, pessoas ativas e independentes, enquanto aqueles que vivem na instituição apresentam particularidades e limitações que exigem uma abordagem diferenciada. Por esse motivo, o trabalho no asilo é realizado com turmas menores, de aproximadamente dez participantes, e contempla inicialmente apenas o módulo básico. As atividades acontecem aos sábados, das 9h30 às 11 horas, com acompanhamento mais próximo dos participantes. Ressaltou a importância da parceria com os estudantes e profissionais da Psicologia da Libertas, especialmente em razão das necessidades específicas dos idosos institucionalizados, que demandam maior atenção durante o processo de aprendizagem. Na sequência, detalhou a estrutura pedagógica do curso realizado na UFLA, explicando que ele é desenvolvido ao longo de todo o ano e dividido em três módulos: básico, intermediário e avançado. Os participantes ingressam em março e podem concluir o percurso formativo em dezembro, recebendo certificado ao final. Esclareceu que o módulo básico começa com orientações elementares sobre o funcionamento do smartphone, considerando que alguns idosos ainda não possuem familiaridade com as funções mais simples do aparelho. São ensinadas atividades como identificar os controles de volume, localizar a entrada do carregador, compreender o funcionamento da tela, ajustar o brilho e aumentar o tamanho das letras, facilitando a leitura e a utilização do equipamento. Também são trabalhadas as funcionalidades básicas do WhatsApp, além de orientações sobre segurança digital, prevenção de golpes e cuidados com a exposição excessiva na internet. Após a conclusão do primeiro módulo, há um intervalo que coincide com as férias escolares da universidade. As atividades são retomadas em agosto, com o módulo intermediário, no qual os participantes aprendem recursos e funcionalidades mais avançados. Entre os conteúdos abordados estão a utilização do e-mail, os comandos de voz e alguns aplicativos essenciais do Google, como Google Fotos e Google Maps. A professora ressaltou que as orientações sobre segurança digital continuam sendo trabalhadas nessa etapa, reforçando a importância de que os idosos reconheçam os riscos e saibam utilizar os aplicativos de maneira adequada. Depois da conclusão do módulo intermediário, os participantes avançam para o módulo avançado, no qual são abordados conteúdos como backup, restauração de dados e inteligência artificial. Explicou que os idosos também recebem orientações sobre o uso de ferramentas de inteligência artificial generativa, incluindo Claude, ChatGPT e Gemini, aprendendo a utilizar esses recursos para fazer perguntas, solicitar informações e explorar suas funcionalidades. Durante a apresentação, foram exibidas fotografias das atividades realizadas na UFLA, demonstrando a participação dos aproximadamente 30 idosos e a atuação dos estudantes que auxiliam nas aulas. A professora explicou que as atividades são organizadas com o apoio de projetor, apresentações de slides e apostilas desenvolvidas pela própria equipe. Ressaltou que existe uma preocupação especial com a acessibilidade dos materiais, uma vez que o conteúdo precisa ser apresentado de maneira clara e adequada às necessidades dos participantes. Por esse motivo, os slides são preparados com fundo branco, texto preto, alto contraste e letras maiores, evitando excesso de informações em uma mesma tela. Explicou que a aprendizagem dos idosos exige uma organização cuidadosa do conteúdo, com explicações passo a passo, tutoriais, imagens e exemplos que facilitem a compreensão. A mesma preocupação é aplicada às apostilas, que são elaboradas com fontes grandes, bom contraste e imagens ilustrativas, incluindo capturas de tela dos aplicativos, setas e indicações que mostram exatamente onde o participante deve tocar ou qual procedimento deve realizar. Destacou que o material é preparado para funcionar como um guia de consulta, permitindo que o idoso, ao retornar para casa, consiga rever as orientações e repetir as atividades sem depender exclusivamente da memória ou da ajuda de outra pessoa. Na sequência, apresentou registros da entrega dos certificados aos participantes que concluíram o módulo básico naquele ano, em junho. Relatou que o momento foi especialmente gratificante para a equipe, pois muitos idosos demonstraram grande satisfação ao receber um certificado emitido pela Universidade Federal de Lavras. Explicou que, para alguns participantes, aquela experiência representava uma conquista pessoal significativa, inclusive por nunca terem tido anteriormente a oportunidade de receber um certificado dessa natureza. Ressaltou que a entrega dos documentos também funciona como incentivo para que continuem frequentando as aulas e avancem para os próximos módulos. Recordou que alguns participantes demonstraram orgulho ao afirmar que agora eram universitários e que possuíam um certificado da UFLA, evidenciando o impacto positivo da experiência para

sua autoestima e motivação. Em seguida, apresentou imagens das atividades realizadas no Asilo São Vicente de Paulo, mostrando o trabalho desenvolvido com grupos menores e a utilização de equipamentos disponibilizados para os residentes. Informou que a instituição recebeu 11 tablets, doados pelo CCOB, que permanecem sob a responsabilidade do próprio asilo e são utilizados pelos idosos durante as atividades do projeto. Mencionou também a doação de fones de ouvido, que auxiliam na realização das atividades e permitem que os participantes utilizem os equipamentos com o acompanhamento da equipe. Explicou que os estudantes monitores desempenham papel fundamental no atendimento aos residentes, pois muitos apresentam dúvidas e dificuldades que exigem acompanhamento praticamente individual. Agradeceu o empenho dos estudantes e destacou que, sem o apoio deles, seria muito difícil conduzir as atividades com a atenção necessária. Durante a apresentação, foram exibidos vídeos curtos das aulas realizadas no asilo e na UFLA, permitindo que os presentes observassem um pouco da dinâmica dos encontros e da participação dos idosos. Em um dos depoimentos apresentados, uma participante relatou sua satisfação com as aulas e a expectativa que tinha para o retorno das atividades após o período de férias. Ao ser questionada sobre a experiência, outra participante afirmou que as aulas eram muito importantes, pois permitiam conhecer recursos existentes no celular que muitas vezes não sabia utilizar. Também comentou que gostou de experimentar ferramentas de inteligência artificial, com as quais ainda não havia tido contato anteriormente. A professora explicou que esses relatos demonstravam a importância de oferecer oportunidades de aprendizagem, permitindo que os idosos descubram funcionalidades que já estão disponíveis em seus aparelhos, mas que muitas vezes permanecem desconhecidas por falta de orientação. Após apresentar os vídeos, destacou que, além dos cursos e das oficinas, o projeto também desenvolve pesquisas voltadas à melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas. Informou que estudantes estão trabalhando na construção de uma plataforma digital de aprendizagem, com o objetivo de reunir os materiais didáticos desenvolvidos pela equipe e facilitar o acesso aos conteúdos utilizados nas atividades. Relatou que um trabalho relacionado a essa iniciativa foi encaminhado ao Simpósio Brasileiro de Fatores Humanos em Sistemas Computacionais, considerado o principal congresso nacional da área de interação humano-computador e promovido pela Sociedade Brasileira de Computação. Destacou que o trabalho recebeu o prêmio de melhor artigo do congresso, reconhecimento que, segundo a professora, demonstra a relevância científica do projeto e a qualidade das pesquisas desenvolvidas pela equipe. Na sequência, apresentou outras atividades realizadas em parceria com iniciativas do município. Informou que, em outubro, a equipe participou da Semana Municipal do Idoso, ocasião em que ministrou a palestra intitulada “Quem aperta o botão? Tecnologia, saúde e independência depois dos 60 anos”. Também relatou a realização de oficinas temáticas, entre elas uma atividade sobre ChatGPT para a terceira idade, promovida durante o evento UFLA Faz Extensão. Nessa oficina, os participantes receberam orientações sobre o que é o ChatGPT, como formular comandos e perguntas básicas e como utilizar a ferramenta para solicitar informações e até mesmo criar imagens. Ressaltou que a atividade contou com a participação de diversos interessados, inclusive pessoas que já haviam participado de outras ações do projeto e demonstraram interesse em aprofundar seus conhecimentos. Ao apresentar fotografias da palestra realizada durante a Semana Municipal do Idoso, destacou que o encontro contou com a presença de mais de 250 pessoas e teve boa participação do público. Relatou que foi realizada uma dinâmica envolvendo imagens criadas por inteligência artificial, proporcionando uma atividade interativa e despertando o interesse dos participantes. Explicou que a palestra foi realizada a convite do professor Olavo, responsável pelo programa Vida Ativa, e que a equipe também teve a oportunidade de apresentar as atividades de inclusão digital desenvolvidas na universidade. Em seguida, apresentou imagens da oficina de ChatGPT para a terceira idade, destacando a participação dos estudantes e o trabalho de orientação realizado durante a atividade. Na parte final de sua exposição, a professora Alessandra de Souza Rodrigues apresentou uma reflexão sobre a necessidade de transformar iniciativas pontuais em políticas públicas permanentes voltadas à população idosa. Citou a compreensão de que o aumento da longevidade exige dos governos e dos estados uma reorganização da agenda política e dos investimentos, de modo que as ações deixem de ser isoladas e passem a integrar políticas públicas de maior alcance social. Nesse contexto, afirmou que o Digitalmente 60 Mais poderá representar um ponto de partida para a criação de uma política pública municipal de inclusão digital da pessoa idosa em São Sebastião do Paraíso. Apresentou, então, algumas propostas para ampliar o projeto no município, começando pela criação

de novos polos de atendimento. Explicou que os cursos e as oficinas poderiam ser adaptados para serem oferecidos em diferentes espaços, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e o próprio programa Vida Ativa. Ressaltou que a ampliação dos locais permitiria alcançar idosos que atualmente não conseguem frequentar as atividades realizadas na UFLA ou no asilo. Sugeriu também a criação de mais turmas, em diferentes horários e localidades, uma vez que, no momento, a equipe conduz apenas dois cursos regulares: um na UFLA e outro no Asilo São Vicente de Paulo. Além dos cursos completos, propôs a realização de oficinas temáticas abertas, que poderiam tratar de assuntos específicos, como prevenção de golpes digitais, utilização das funcionalidades do GOV.br e uso de ferramentas de inteligência artificial. Outra proposta apresentada foi a formação de multiplicadores, por meio da capacitação de pessoas que, posteriormente, pudessem conduzir cursos e oficinas para outros idosos, ampliando a capacidade de atendimento e permitindo que o conhecimento fosse compartilhado em diferentes regiões do município. Em seguida, explicou que uma das possibilidades para viabilizar a expansão seria apresentar o projeto ao Conselho Municipal do Idoso. Informou que já havia realizado uma primeira reunião com representantes do Conselho, ocasião em que apresentou a iniciativa às integrantes e também a representantes idosos que participaram da discussão. Como etapa seguinte, sugeriu que o projeto fosse submetido à análise e aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, com a definição de prioridades e a avaliação das condições necessárias para sua execução. Posteriormente, a proposta poderia ser encaminhada ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, com a finalidade de viabilizar recursos para a aquisição de equipamentos, especialmente tablets e celulares, necessários à realização dos cursos e ao atendimento de pessoas que não possuem seus próprios dispositivos. Ressaltou que muitos idosos não dispõem de smartphone ou tablet e que a disponibilização desses equipamentos seria fundamental para garantir que todos pudessem participar das atividades. Acrescentou que os recursos também poderiam contribuir para a produção e impressão dos materiais didáticos, uma vez que, atualmente, as apostilas utilizadas nos cursos são impressas pela própria secretaria da UFLA, inclusive aquelas destinadas às atividades realizadas no asilo. Outra possibilidade mencionada foi a concessão de bolsas aos estudantes participantes, permitindo que a equipe de monitores fosse ampliada e pudesse acompanhar as atividades em diferentes locais do município. Como forma de fortalecer o Fundo Municipal da Pessoa Idosa, apresentou a possibilidade de realizar campanhas de conscientização, buscando sensibilizar pessoas físicas e empresas para que destinem parte do imposto de renda devido ao fundo, contribuindo para o financiamento das ações voltadas à população idosa. Na sequência, detalhou algumas providências que poderiam ser adotadas pela Câmara Municipal para apoiar o avanço da proposta. Entre elas, mencionou o encaminhamento do projeto ao Conselho Municipal do Idoso, com o objetivo de viabilizar o financiamento por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa; a formalização de uma parceria entre a UFLA, a Libertas e a Prefeitura de São Sebastião do Paraíso; e a proposição de um programa municipal de inclusão digital da pessoa idosa. Explicou que a proposta teria como referência o artigo 21 do Estatuto da Pessoa Idosa, já mencionado pela professora Natália, e que a UFLA poderia atuar na coordenação técnica do projeto, compartilhando sua metodologia, auxiliando na elaboração dos materiais didáticos, disponibilizando monitores capacitados e participando da certificação dos alunos e da avaliação dos resultados. Ressaltou que a universidade possui experiência e estrutura para contribuir com a formação dos participantes e que os estudantes envolvidos têm conhecimentos e capacidade para ministrar oficinas e acompanhar as atividades. Também mencionou a estrutura administrativa relacionada às políticas públicas para a pessoa idosa, explicando que atualmente a Secretaria Nacional responsável pelos direitos da pessoa idosa está vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e coordena políticas relacionadas ao Fundo Nacional da Pessoa Idosa. Comentou, ainda, sobre a possibilidade de criação futura de um ministério ou de uma secretaria especializada na temática da pessoa idosa, observando que, caso essa estrutura venha a ser instituída em um próximo governo, o município poderá estar mais preparado para apresentar projetos e buscar recursos em editais e programas de financiamento. Por isso, considerou importante que São Sebastião do Paraíso avance desde já na organização de uma proposta municipal estruturada, que possa ser apresentada e aprimorada conforme surjam novas oportunidades de apoio. Para concluir, apresentou uma previsão de etapas para a expansão do Digitalmente 60 Mais no município. Informou que, nos meses finais de 2026, a proposta poderia ser apresentada ao Conselho Municipal do Idoso e às secretarias envolvidas, para que fossem discutidas as condições de

implantação. Na sequência, no início de 2027, seria possível formalizar um termo de cooperação entre a UFLA, a Libertas e a Prefeitura Municipal, estabelecendo as responsabilidades e as condições da parceria. Para o primeiro semestre de 2027, sugeriu a realização de turmas-piloto nos novos polos de atendimento, já com uma equipe ampliada. No segundo semestre de 2027, seria feita a avaliação dos resultados e a discussão sobre a expansão do projeto, considerando a possibilidade de ampliar os cursos e as oficinas para outros grupos e localidades de São Sebastião do Paraíso. A professora Natália Silva voltou a se manifestar para complementar a apresentação e reforçar que o projeto não se limita ao ensino de ferramentas tecnológicas. Explicou que, como psicóloga, e juntamente com os estudantes do curso de Psicologia, trabalha também a interação entre o ser humano e a tecnologia, considerando os aspectos sociais e as relações entre os próprios idosos. Ressaltou que a proposta envolve cuidado e atenção de maneira integral, não se restringindo ao aprendizado de funcionalidades de celulares ou computadores, mas buscando também promover convivência, socialização e bem-estar. Destacou que cada pessoa idosa que aprende a utilizar o celular conquista maior autonomia, segurança e possibilidade de manter contato com as pessoas que ama. Recordou que, ao final do primeiro módulo, a equipe realizou uma avaliação com os participantes para conhecer suas impressões e identificar o que havia mudado em suas vidas após as aulas. Segundo relatou, muitos idosos disseram que perderam o medo de utilizar o celular e passaram a ter mais confiança para manusear o aparelho e realizar diferentes tarefas. Outros destacaram que encontraram no curso um ambiente em que podem apresentar suas dúvidas e receber explicações com paciência e didática, algo que nem sempre conseguem obter quando pedem ajuda aos filhos ou netos. A professora ressaltou que os participantes se sentem confortáveis durante as aulas, pois recebem orientação individualizada e têm a oportunidade de aprender no próprio ritmo. Acrescentou que, com a proximidade do encerramento do curso daquele ano, os idosos já demonstravam interesse em continuar frequentando a universidade, perguntando sobre a realização de novas oficinas e atividades de atualização. Segundo a professora, alguns manifestaram que não gostariam de deixar de frequentar o ambiente universitário, pois a participação no curso representa também uma oportunidade de socialização e de pertencimento. Destacou que o simples fato de se deslocarem até a universidade, participarem de aulas, utilizarem apostilas, estudarem e receberem um certificado produz uma experiência significativa para essas pessoas, que passam a se reconhecer como estudantes e a valorizar suas próprias conquistas. Ressaltou que esses aspectos demonstram que o projeto vai além da inclusão tecnológica, contribuindo também para a autoestima, a autonomia, a convivência e a qualidade de vida da população idosa. Por fim, a professora Natália Silva agradeceu novamente o convite do vereador Tomás Salviano Martins e a atenção dos vereadores e demais presentes, destacando a satisfação em apresentar o trabalho desenvolvido em São Sebastião do Paraíso e os resultados que já vêm sendo alcançados. Reforçou que o projeto tem feito diferença na vida de pessoas que, muitas vezes, enfrentam dificuldades para utilizar os recursos digitais cada vez mais presentes no cotidiano. Encerrou agradecendo a oportunidade de compartilhar a experiência e apresentar as possibilidades de ampliação da iniciativa no município. **INDICAÇÕES:** 076/LPCS/2026 de autoria da vereadora Laís Pimenta de Carvalho Sacoda, solicitando vistorias nas ruas do bairro Jardim Mediterranée para revisão e adequação das placas de sinalização de trânsito, bem como a manutenção das faixas de pedestres que se encontram apagadas, visando melhorar a segurança de motoristas e pedestres; 077/ACP/2026 de autoria do vereador Antônio Cesar Picirilo, solicitando serviços de roçagem e limpeza na Praça do bairro Cidade Industrial e na área localizada às margens da rodovia BR-265, devido ao mato alto; 078/MAV/2026 de autoria do vereador Marcos Antônio Vitorino, solicitando estudos para implantação do programa “Olhos do Futuro” na rede municipal de ensino, destinado à identificação precoce de alterações visuais nos estudantes, com realização de triagens e avaliações oftalmológicas e fornecimento gratuito de óculos aos alunos que necessitarem; 079/ACP/2026 de autoria do vereador Antônio Cesar Picirilo, solicitando à Secretaria Municipal de Obras a realização de operação tapa-buracos na rua Malta, na altura dos números 130 e 118, visando eliminar os riscos aos motoristas e motociclistas que trafegam pelo local. **ORDEM DO DIA: NOVOS PROJETOS:** PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 30 que "Dispõe sobre a inclusão de parágrafos ao artigo 126 da Lei Orgânica do Município de São Sebastião do Paraíso." Autores: vereadores Daiane Jesus de Oliveira Andrade, Laís Pimenta de Carvalho Sacoda, Paulo Cesar de Souza e Tomás Salviano Martins. O Presidente apresentou a proposta e consultou os vereadores sobre sua admissão para deliberação em Plenário,

colocando a matéria em votação. Encerrada a votação, a proposta não obteve aprovação para prosseguir em tramitação, sendo declarado seu arquivamento. Após o resultado, a Vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos (Cidinha) solicitou que fosse anexada ao projeto a justificativa de seu voto, consistente em nota técnica de orientação partidária acerca das emendas impositivas, que recomendava posicionamento contrário à proposta. Questionada sobre o conteúdo do documento, esclareceu que se tratava de uma orientação técnica do partido sobre a matéria e que gostaria que a manifestação fosse juntada ao projeto para fundamentar seu voto. Na sequência, a Vereadora Daiane Jesus de Oliveira Andrade manifestou-se em defesa da proposta, esclarecendo que, quando se fala em emendas impositivas, não se está tratando de recursos destinados ao bolso dos vereadores, mas da possibilidade de os parlamentares indicarem a aplicação de parte dos recursos do orçamento municipal em demandas da comunidade, sendo que metade do valor seria obrigatoriamente destinada à saúde. Afirmou que ficou muito triste com o fato de a Câmara não ter conseguido sequer debater um projeto de tamanha importância e avaliou que a votação representava vereadores votando contra vereadores, especialmente porque alguns parlamentares poderiam estar mais próximos da Administração Municipal e, por isso, ter suas demandas atendidas, enquanto outros não teriam a mesma oportunidade. Lembrou que municípios da região, como São Tomás de Aquino, Passos, Jacuí e Itamogi, já possuem emendas impositivas, enquanto, em São Sebastião do Paraíso, a proposta sequer conseguiu avançar para discussão e emissão de parecer jurídico. Ressaltou que os vereadores recebem diariamente pedidos da população, especialmente na área da saúde, citando pessoas que aguardam há anos por procedimentos como redução mamária, laqueadura e vasectomia pelo Sistema Único de Saúde. Argumentou que, ao impedir a discussão da proposta, a Câmara retirava dos vereadores a possibilidade de contribuir diretamente para o atendimento dessas demandas, uma vez que são os parlamentares que estão na linha de frente, ouvindo as necessidades da população. Questionou como municípios menores conseguem adotar esse instrumento enquanto São Sebastião do Paraíso não permite sequer que o projeto seja discutido. Defendeu que os vereadores deveriam pensar na função do próprio mandato, independentemente da posição do prefeito sobre a matéria. Relatou situações em que solicitações encaminhadas ao Poder Executivo por meio de ofícios foram respondidas com a orientação de que o pedido deveria ser feito diretamente pela instituição interessada, o que, em sua avaliação, demonstra falta de reconhecimento da representatividade dos parlamentares. Mencionou, como exemplo, uma solicitação apresentada por uma instituição religiosa, cuja resposta indicava que o pedido deveria ser feito pela própria igreja. Questionou se não seria o momento de os vereadores terem maior protagonismo e autonomia para atender às demandas da comunidade. Afirmou que, quando o vereador não está próximo do prefeito, pode ter suas solicitações ignoradas, ficando sem condições de auxiliar a população. Reforçou que a proposta permitiria destinar recursos para a saúde, inclusive podendo direcionar integralmente suas indicações à área, se assim desejasse. Citou novamente as pessoas que aguardam por cirurgias e procedimentos pelo SUS e lamentou que, diante da rejeição da proposta, os vereadores continuassem sem instrumentos para contribuir diretamente com essas necessidades. Concluiu afirmando que considerava triste ver vereadores votando contra vereadores e que a Câmara havia deixado de permitir a discussão de uma matéria que poderia fortalecer a atuação parlamentar e beneficiar a população. Em seguida, o Vereador Tomás Salviano Martins manifestou preocupação com o futuro da representação parlamentar, ponderando que os vereadores não sabem quem ocupará o cargo de prefeito nos próximos mandatos e que a existência de emendas impositivas poderia assegurar maior autonomia aos parlamentares para atender às demandas da população, independentemente da relação institucional com o chefe do Executivo. Explicou que os recursos poderiam ser destinados a entidades assistenciais e instituições do Município, citando como exemplo a possibilidade de um vereador indicar determinado valor ao Lar Pedacinho do Céu ou ao Asilo de Paula, inclusive mediante articulação entre parlamentares para reunir recursos em benefício de uma mesma instituição. Ressaltou que a intenção não seria criar disputas ou retirar recursos de outras áreas, mas permitir que os vereadores tivessem maior liberdade para indicar prioridades da comunidade. Acrescentou que a destinação de valores à saúde poderia auxiliar no custeio de procedimentos e cirurgias, inclusive por meio de instituições como a Santa Casa. Destacou, por fim, que os autores pretendiam, inicialmente, promover o debate da matéria e construir um entendimento entre os parlamentares, e não simplesmente impor sua aprovação, lamentando que a proposta não tivesse sequer oportunidade de ser discutida. A Vereadora Laís Pimenta de Carvalho Sacoda manifestou sua indignação, afirmando que, em

aproximadamente um ano e dez meses de mandato, era a primeira vez que presenciava situação semelhante, na qual um projeto não conseguia sequer avançar para discussão. Questionou a influência do Poder Executivo sobre o Legislativo e afirmou que a Câmara Municipal deve exercer efetivamente sua função de Poder Legislativo, não podendo se limitar a atuar como instrumento de divulgação ou execução de interesses do prefeito. Reforçou que a proposta permitiria aos vereadores contribuir para o atendimento das necessidades da população e lamentou que a matéria não tivesse sido encaminhada para análise jurídica e apreciação da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. Na sequência, a Vereadora Daiane Jesus de Oliveira Andrade esclareceu que sempre defendeu a implantação das emendas impositivas e que considera a medida compatível com a função representativa dos vereadores, uma vez que os parlamentares foram eleitos pela população e devem atuar em defesa dos interesses coletivos. Afirmou que cada voto proferido na Câmara representa também a confiança depositada pelos eleitores nos seus representantes. Destacou que a proposta tinha como finalidade fortalecer principalmente a saúde pública, setor que, em sua avaliação, apresenta demandas expressivas no Município. Como exemplo, mencionou o caso de uma munícipe que aguardava consulta de cardiologia e ocupava a posição de número 1.346 na fila de espera. Também apontou a possibilidade de destinação de recursos para reduzir filas de atendimento de crianças que aguardam consultas com especialistas, especialmente na área de neuropediatria. Ressaltou que a Câmara devolve recursos financeiros ao Município e questionou por que os vereadores não poderiam indicar a aplicação de parte desses valores em benefício da população. Defendeu que a atuação parlamentar não deve se limitar ao encaminhamento de reclamações e fotografias de problemas urbanos ao Executivo, mas também deve buscar soluções e políticas públicas capazes de amenizar o sofrimento da população. Ao final, lamentou que não tivesse havido diálogo entre os parlamentares para discutir alternativas, inclusive quanto à possibilidade de rever o percentual proposto. A Vereadora Laís Pimenta de Carvalho Sacoda complementou a manifestação, dirigindo-se à população e afirmando que, quando um cidadão procura um vereador para solicitar auxílio em uma demanda de saúde, muitas vezes o parlamentar não dispõe de instrumentos orçamentários para indicar diretamente a aplicação de recursos. Sustentou que a ausência de emendas impositivas limita a possibilidade de atuação dos vereadores e reiterou que a proposta buscava justamente permitir maior participação parlamentar na destinação de recursos públicos. Comparou a situação com outros projetos que chegam à Câmara, afirmando que matérias de interesse do Executivo não enfrentariam a mesma resistência para serem apreciadas. Ressaltou que a proposta não estava sendo submetida à votação de mérito naquele momento, mas apenas se buscava permitir que fosse discutida e analisada pelos setores técnicos da Casa. A Vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos voltou a se manifestar, esclarecendo que o voto contrário à proposta não deveria ser interpretado como falta de compromisso com a saúde ou com a população. Argumentou que existem diferentes formas de atuação parlamentar e que a destinação de emendas individuais não seria, por si só, garantia de solução das filas de atendimento, uma vez que o Município também enfrenta dificuldades na contratação de profissionais especializados e no aumento da demanda por serviços de saúde. Afirmou que o posicionamento contrário representava sua convicção pessoal sobre a matéria e não deveria ser utilizado para classificar os vereadores favoráveis como defensores da população e os contrários como contrários aos interesses coletivos. Acrescentou que existem estudos e experiências indicando que a utilização de emendas parlamentares pode produzir efeitos políticos individuais, inclusive com concentração de benefícios em determinados grupos ou bases eleitorais. Finalizou afirmando que respeitava os posicionamentos divergentes, mas não concordava com a associação entre voto contrário e falta de compromisso com a população. A Vereadora Laís Pimenta de Carvalho Sacoda retomou a palavra e questionou a afirmação de que existiriam outras formas de atuação parlamentar, relatando que a Câmara já havia promovido iniciativas e encaminhado solicitações relacionadas à lista de crianças neurodivergentes, à fila de espera por neuropediatra e às condições dos monitores da educação, sem receber respostas satisfatórias do Poder Executivo. Criticou a ausência de retorno aos ofícios e questionou a efetividade das comissões permanentes quando suas solicitações e pedidos de reunião não são respondidos. Mencionou, ainda, que havia encaminhado solicitações referentes ao transporte de estudantes que fariam o Exame Nacional do Ensino Médio e que também não havia recebido resposta. Defendeu que o Legislativo precisa ser respeitado pelo Executivo e que o diálogo institucional é indispensável para o exercício da fiscalização e da representação popular. Concluiu lamentando que a proposta tivesse sido impedida de avançar justamente quando poderia proporcionar uma

oportunidade de diálogo entre os vereadores. O Vereador Roney Waldemar de Oliveira Vilaça pediu a palavra e afirmou que, embora os ânimos estivessem exaltados, desejava apresentar sua justificativa de maneira serena. Esclareceu que seu voto contrário não estava relacionado necessariamente ao mérito da implantação das emendas impositivas, pois considerava viável que o Município adotasse esse instrumento em outro momento. Contudo, avaliou que a apresentação da proposta naquele período era inadequada diante do cenário econômico e fiscal do Município. Mencionou a queda das receitas provenientes do Fundo de Participação dos Municípios e do ICMS, bem como as perspectivas econômicas desfavoráveis. Argumentou que os recursos devolvidos pela Câmara ao Executivo passam a integrar o orçamento municipal e podem ser utilizados em diferentes áreas, como saúde, segurança e educação, conforme as prioridades administrativas. Em sua avaliação, a vinculação de parte desses valores às indicações individuais dos vereadores reduziria a margem de discricionariedade do Executivo para administrar um orçamento que considerava restrito. Afirmou que a discussão poderia ocorrer futuramente, desde que houvesse melhores condições fiscais e econômicas. Também rebateu a ideia de que o vereador dependeria exclusivamente de emendas para exercer seu mandato, defendendo que o trabalho parlamentar possui diversas formas de atuação e que cada representante deve responder por sua própria atividade. A Vereadora Daiane Jesus de Oliveira Andrade questionou o argumento de que aquele não seria o momento adequado para discutir a matéria, lembrando que, segundo ela, o assunto vinha sendo tratado havia aproximadamente dois anos. Perguntou em que circunstâncias o momento seria considerado oportuno e ponderou que a proposta não criaria uma despesa nova, mas permitiria aos vereadores indicar a aplicação de recursos que já permanecem no orçamento municipal. Questionou, ainda, se a resistência à discussão poderia estar relacionada à posição do atual prefeito sobre a matéria. Relatou que havia solicitado apoio do Executivo para um projeto comunitário envolvendo igrejas evangélicas e que recebeu resposta somente após insistência, sendo orientada a solicitar que a própria instituição apresentasse o pedido. Manifestou inconformismo com a dificuldade de obter respostas a demandas encaminhadas em nome da população e afirmou que, em algumas situações, precisou recorrer à tribuna para cobrar providências e respostas dentro dos prazos legais. Reiterou que sua insatisfação não decorria apenas da rejeição da proposta, mas principalmente do impedimento de discutir a matéria, ouvir o setor jurídico e avaliar eventuais alterações no texto. O Vereador Roney Waldemar de Oliveira Vilaça respondeu que a construção política depende de diálogo e da formação de consensos. Relatou que, quando foi procurado para assinar a proposta, informou que não considerava aquele o momento adequado para sua apresentação, posição que, segundo afirmou, já havia manifestado anteriormente aos demais parlamentares. Reforçou que seu voto contrário estava relacionado ao cenário econômico e político, mencionando a redução da arrecadação municipal, a previsão de cortes de despesas e a necessidade de preservar recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais. Explicou que, ao destinar parte do orçamento às emendas individuais, o Executivo perderia margem para administrar livremente determinados recursos, especialmente em um cenário de queda de receitas. Acrescentou que, em sua avaliação, o Município precisava manter capacidade de decisão para enfrentar eventuais dificuldades financeiras e atender despesas prioritárias. Em sua manifestação, também abordou a situação econômica nacional, criticando o aumento das despesas do Governo Federal, a quantidade de ministérios e o crescimento da dívida em relação ao Produto Interno Bruto. Afirmou que as perspectivas econômicas eram preocupantes e que os municípios recebiam uma parcela reduzida da arrecadação, embora fossem responsáveis pela prestação de serviços diretamente à população. Concluiu reiterando que, diante desse cenário, não considerava adequado discutir a implantação das emendas impositivas naquele momento. A Vereadora Daiane Jesus de Oliveira Andrade voltou a questionar a justificativa apresentada pelo Vereador Roney, afirmando que, nas conversas anteriores mantidas com ele, a questão econômica não teria sido apontada como motivo para rejeitar a proposta. Segundo relatou, o argumento apresentado anteriormente teria sido o de que o prefeito era contrário à implantação das emendas impositivas e que, por essa razão, o projeto dificilmente seria aprovado. A parlamentar afirmou que considerava importante esclarecer esse histórico para que não houvesse divergência sobre os motivos anteriormente apresentados. Em resposta, o Vereador Roney reconheceu que a situação econômica municipal havia se agravado nos meses seguintes e reiterou que, naquele momento, também considerava inadequada a discussão da proposta por razões fiscais. Mencionou que a previsão de receita do Município teria sofrido redução de aproximadamente R$ 35 milhões, o que, em sua avaliação, alterava

significativamente as condições de execução orçamentária. Reafirmou que sua posição considerava tanto os aspectos políticos quanto os econômicos e que, naquele cenário, não identificava respaldo suficiente para a implantação das emendas impositivas. A Vereadora Daiane Jesus de Oliveira Andrade explicou que, quando ela e o Vereador Tomás Salviano Martins procuraram o Vereador Roney para conversar sobre a proposta, a intenção era verificar quantos parlamentares seriam favoráveis e, a partir desse levantamento, buscar uma reunião com o Prefeito Marcelo para negociar a implantação das emendas. Afirmou que a ideia era apresentar ao Executivo a importância da medida para a população e discutir quais pontos poderiam ser ajustados. Reiterou que a proposta não retiraria recursos do orçamento municipal, pois os valores permaneceriam no Município, sendo apenas indicada sua destinação pelos vereadores. Lamentou que não tivesse sido possível sequer iniciar esse diálogo e afirmou que a Câmara precisava ser um espaço de discussão e construção de entendimentos. O Vereador Tomás Salviano Martins acrescentou que, embora os recursos devolvidos pela Câmara permaneçam no orçamento municipal e possam ser utilizados pelo Executivo conforme as necessidades administrativas, as emendas impositivas possuem destinação vinculada. Explicou que, em uma eventual crise fiscal, o prefeito poderia utilizar os recursos devolvidos pela Câmara para despesas como o pagamento dos servidores, enquanto os valores das emendas impositivas não poderiam ser destinados a essa finalidade. Ressaltou que metade dos recursos teria obrigatoriamente de ser aplicada na saúde e que a outra metade também estaria sujeita às regras de destinação das emendas, não podendo ser utilizada livremente para pagamento de pessoal. Dessa forma, destacou que a implantação das emendas reduziria a liberdade do Executivo para empregar esses valores em qualquer despesa, ainda que permanecessem dentro do orçamento municipal. A Vereadora Laís Pimenta de Carvalho Sacoda manifestou-se sobre os argumentos relativos à situação financeira do Município e chamou a atenção para a previsão de receita constante da proposta orçamentária para o exercício de 2027. Afirmou que havia identificado uma previsão de receita aproximadamente R$ 127 milhões superior à de 2025 e questionou como seria possível sustentar a existência de uma situação fiscal crítica diante de uma previsão de crescimento dessa magnitude. Defendeu que a Câmara deveria examinar com atenção a divergência entre as declarações sobre a situação financeira do Município e os números apresentados nos documentos oficiais. Informou que havia protocolado questionamentos sobre o tema e sugeriu que os dados fossem analisados durante a audiência pública do orçamento. Também mencionou a necessidade de verificar a execução efetiva das despesas em diferentes áreas, comparando os valores previstos com aqueles efetivamente utilizados, a fim de identificar possíveis inconsistências. Reiterou que a fiscalização dos números apresentados pelo Executivo constitui dever dos vereadores. Acrescentou que, diante da previsão de aumento da receita, seria necessário verificar por que determinadas áreas ainda apresentavam dificuldades e por que entidades e associações continuavam encontrando obstáculos para obter apoio financeiro. Concluiu defendendo maior atenção à lei orçamentária e aos documentos encaminhados pelo Executivo. A Vereadora Daiane Jesus de Oliveira Andrade voltou a se manifestar, respondendo ao argumento de que, em uma eventual situação de escassez de recursos, o Município poderia precisar utilizar os valores devolvidos pela Câmara para despesas emergenciais. Afirmou que, caso o prefeito enfrentasse uma dificuldade financeira e necessitasse de recursos para pagamento de servidores ou aquisição de equipamentos, poderia procurar os vereadores e solicitar que colaborassem, inclusive deixando de executar determinada indicação parlamentar. Defendeu que os vereadores não deixariam de ajudar o Município em uma situação de emergência e questionou qual parlamentar se recusaria a contribuir diante de uma necessidade efetiva da Administração. Ressaltou que a implantação das emendas poderia aproximar o Executivo e o Legislativo, estabelecendo uma relação de diálogo e cooperação, na qual o prefeito também pudesse contar com os vereadores em momentos de dificuldade. Concluiu afirmando que o que faltava naquele momento era justamente maior proximidade e diálogo entre a Prefeitura e a Câmara Municipal. Ao final das manifestações, ficou registrado que a Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 30 não foi admitida para deliberação e teve seu arquivamento declarado. Conforme votação nominal informada, foram favoráveis à admissão da proposta os Vereadores Daiane Jesus de Oliveira Andrade, Laís Pimenta de Carvalho Sacoda, Paulo César de Souza e Tomás Salviano Martins. Votaram contrariamente Antônio César Picirilo, Luiz Benedito de Paula, Marcos Antônio Vitorino, Maria Aparecida Cerize Ramos e Roney Waldemar de Oliveira Vilaça. O Presidente Lisandro José Monteiro absteve-se. Dessa forma, registraram-se quatro votos favoráveis, cinco votos contrários e uma abstenção, ficando mantido o

arquivamento da proposta. PROJETO DE LEI Nº 5914, de autoria do Executivo Municipal, que "Autoriza o Município de São Sebastião do Paraíso a desafetar e a dar em dação em pagamento imóveis pertencentes ao seu patrimônio para fins de indenização de imóvel desapropriado pelo Município, de propriedade da Fundação Gedor Silveira, e dá outras providências". O projeto autoriza a desafetação dos imóveis municipais de uso especial ou institucional, passando-os à categoria de bens dominicais e disponíveis, bem como a dação em pagamento em favor da Fundação Gedor Silveira, para fins de indenização do imóvel desapropriado, cujas avaliações totalizam R$ 8.348.775,29. O projeto foi colocado em votação quanto à deliberação e aprovado, sendo encaminhado à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação para emissão de parecer. PROJETO DE LEI Nº 5915, de autoria do Executivo Municipal, que "Altera a Lei Municipal nº 4.807, de 28 de outubro de 2021, que dispõe sobre a política de incentivo à instalação, implantação, expansão e/ou ampliação de empresas no Município de São Sebastião do Paraíso, e dá outras providências". O projeto tem por finalidade aperfeiçoar a política municipal de incentivo às empresas, mediante atualização do regime jurídico aplicável à outorga e à alienação de imóveis públicos, reforço dos mecanismos de fiscalização e definição dos elementos essenciais de avaliação dos empreendimentos beneficiários. O projeto foi colocado em votação quanto à deliberação e aprovado, sendo encaminhado às Comissões de Finanças, Justiça e Legislação e de Agricultura, Indústria e Comércio para emissão de parecer. PROJETO DE LEI Nº 5916, de autoria do Executivo Municipal, que "Autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento municipal de 2026, destinados à devolução de saldos remanescentes do Projeto Mãos Dadas". O projeto autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares no montante de R$ 4.668.883,65, destinados à restituição de saldos remanescentes vinculados ao Projeto Mãos Dadas, no âmbito do Convênio nº 1261001146/2021/SEE, celebrado entre o Município de São Sebastião do Paraíso e o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, para construção de dois centros de educação infantil e uma escola de ensino fundamental. O projeto foi colocado em votação quanto à deliberação e aprovado, sendo encaminhado à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação para emissão de parecer. PROJETO DE LEI Nº 5917, de autoria do Vereador Tomás Salviano Martins, que "Dispõe sobre a proibição do plantio, cultivo, produção de mudas e comercialização da espécie arbórea Spathodea campanulata no Município de São Sebastião do Paraíso, autoriza medidas de manejo preventivo e dá outras providências". O projeto tem como finalidade proteger e preservar a fauna polinizadora, especialmente as abelhas nativas sem ferrão e as abelhas melíferas, mediante a proibição da propagação da espécie arbórea exótica conhecida como espatódea ou bisnagueira, cujas flores produzem substâncias tóxicas aos insetos polinizadores. Após a apresentação da matéria, o Vereador Tomás Salviano Martins explicou que foi procurado por produtores de mel que enfrentavam problemas relacionados à toxicidade da planta para as abelhas. Informou que a espécie já teve sua propagação restringida em outros municípios e estados e que conversou com o Secretário Municipal de Meio Ambiente, Renan, o qual confirmou que a Prefeitura já não realiza o plantio nem a aquisição de mudas dessa espécie. Esclareceu que a legislação permitirá o manejo e a substituição gradativa das árvores existentes, com o replantio de outras espécies adequadas. Questionado pelo Vereador Luiz Benedito de Paula sobre a existência de exemplares no Município, informou que há árvores antigas na região da Lagoinha, mas que a Administração já não utiliza nem comercializa essas mudas. O Vereador Luiz Benedito de Paula parabenizou a iniciativa, ressaltando a importância das abelhas para a polinização e para a produção agrícola, e sugeriu a divulgação da medida junto à população e às associações rurais, a fim de evitar novos plantios. O Vereador Tomás Salviano Martins informou que pretende realizar campanha de conscientização, com divulgação de imagens e informações sobre os prejuízos da espécie às abelhas. O projeto foi colocado em votação quanto à deliberação e aprovado, sendo encaminhado às Comissões de Finanças, Justiça e Legislação e de Turismo e Meio Ambiente para emissão de parecer. PROJETO DE LEI Nº 5918, de autoria do Vereador Tomás Salviano Martins, que "Denomina como Maíza Helena Cintra o Serviço de Fisioterapia Municipal localizado dentro do Complexo de Saúde Dulce Morais (antigo Hospital Gedor Silveira), situado na Praça do Rosário". Durante a apresentação da matéria, o autor explicou que a homenagem se destina a uma antiga servidora da fisioterapia ambulatorial, que trabalhou por muitos anos na unidade localizada na Arena Olímpica, desempenhando diversas atividades de apoio e atendimento aos pacientes. Ressaltou que Maíza Helena Cintra era reconhecida pelo carinho, dedicação e disposição no exercício de suas funções, sendo muito querida pelos colegas de trabalho e pelos pacientes. Informou que a

homenageada faleceu aos 50 anos, em decorrência de um câncer, e que a proposta foi apresentada após conversar com as profissionais que trabalharam com ela, que receberam a iniciativa com satisfação. O projeto foi encaminhado à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação para emissão de parecer. **PARECER DAS COMISSÕES:** PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1313, de autoria do Vereador Paulo César de Souza, que "Outorga o Título da Ordem do Mérito Municipal ao Senhor Vitor Aparecido de Paula". A Comissão de Finanças, Justiça e Legislação emitiu parecer favorável, considerando o projeto apto à deliberação em Plenário, respeitando a legalidade. O parecer foi colocado em votação e aprovado, ficando o projeto incluído na pauta para primeira votação. PROJETO DE LEI Nº 5.827/2026, de autoria do Executivo Municipal, que "Autoriza a formalização de convênio entre o Município de São Sebastião do Paraíso e a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Minas Gerais – ARISMIG". Inicialmente, foi esclarecido que o projeto não se encontrava mais sob pedido de vista da vereadora Laís Pimenta de Carvalho Sacoda, uma vez que o prazo já havia se encerrado. Na sequência, a vereadora Daiane Jesus de Oliveira Andrade solicitou a palavra e comunicou que havia apresentado uma emenda ao projeto, mas que desejava retirá-la naquele momento, para que a proposição pudesse ser votada diretamente, sem a alteração. O Presidente Lisandro José Monteiro confirmou a retirada da emenda. Em seguida, Daiane justificou seu posicionamento contrário à matéria, afirmando que, diante da atual situação financeira do Município, o projeto poderia retornar futuramente, com uma redação mais clara e acompanhado de outros orçamentos. Sugeriu que a própria Prefeitura realizasse estudos antes de aderir a uma agência reguladora. A vereadora manifestou preocupação especialmente com a possibilidade de uma entidade externa vir a definir, no futuro, o valor da taxa de coleta de lixo a ser cobrada dos moradores de São Sebastião do Paraíso. Fez referência à cobrança da taxa de esgoto pela COPASA, observando que a população se lembra dos vereadores que aprovaram medidas dessa natureza, ainda que nem sempre se recorde dos responsáveis pela decisão à época. Ressaltou que a emenda apresentada não seria suficiente para solucionar suas preocupações e que, diante das dificuldades financeiras enfrentadas pelo Município, a contratação representaria uma despesa adicional, tornando a proposta inviável naquele momento. Ao final, reafirmou que votaria contra o projeto, por entender que a adesão à ARISMIG poderia resultar, futuramente, na definição da taxa de lixo para os moradores do Município. Após a manifestação de Daiane, a vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos (Cidinha) também se posicionou sobre a retirada da emenda e a condução da matéria, ressaltando o direito da vereadora de retirar sua própria proposta, no exercício da democracia. Na sequência, o Presidente informou que a emenda de Daiane estava formalmente retirada e submeteu à apreciação do plenário o parecer favorável da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação, que considerou o projeto apto à deliberação. Antes da votação, o vereador Roney Waldemar de Oliveira Vilaça solicitou ao Presidente que, utilizando-se de sua prerrogativa, retirasse o projeto da pauta, argumentando que havia uma expectativa de aprovação da emenda apresentada por Daiane, a qual, em seu entendimento, conferiria maior razoabilidade ao texto. Sugeriu que a matéria permanecesse fora da pauta pelo tempo necessário para que os vereadores pudessem estudar a possibilidade de apresentação de uma nova emenda que contemplasse as preocupações levantadas. O Presidente Lisandro José Monteiro, entretanto, informou que não retiraria o projeto da pauta, justificando que a matéria já havia sido retirada e adiada diversas vezes e que o Poder Executivo vinha sendo questionado pelo Ministério Público a respeito de sua tramitação. Assim, decidiu prosseguir com a votação. Em seguida, a reunião foi suspensa por cinco minutos. Após a retomada dos trabalhos, houve novo diálogo entre as vereadoras Cidinha e Daiane a respeito da retirada da emenda. Cidinha manifestou sua discordância com a decisão de Daiane, afirmando que havia confiado na emenda apresentada e que pretendia votar favoravelmente a ela, por considerar que a proposta representava uma forma de proteção e garantia de participação do Legislativo na matéria. Questionou a retirada da emenda, especialmente porque Daiane havia defendido sua importância durante a tramitação do projeto, afirmando não ter compreendido a mudança de posicionamento. Daiane, por sua vez, respondeu que, conforme já havia sido mencionado por Cidinha, a democracia assegura o direito de cada parlamentar tomar suas próprias decisões, inclusive o de retirar uma emenda de sua autoria quando entender que ela não atende mais à finalidade pretendida. Acrescentou que também tinha o direito de rever sua posição e que a retirada da proposta deveria ser respeitada. No decorrer do diálogo, houve manifestações sobre a coerência das decisões tomadas e sobre o respeito às posições individuais dos vereadores. Cidinha reiterou que não compreendia a retirada da emenda, enquanto Daiane sustentou seu direito de decidir sobre a

manutenção ou não de sua própria proposta, sendo que poderia ser apresentada igual proposta por qualquer vereador da Casa. O debate prosseguiu com referências à democracia, ao direito de manifestação e às diferentes posições adotadas pelos parlamentares. Encerradas as manifestações, o Presidente retomou a condução dos trabalhos e colocou o Projeto de Lei nº 5.827/2026 em PRIMEIRA VOTAÇÃO, sem a emenda modificativa, que havia sido retirada pela autora. Votaram contrariamente as vereadoras Daiane Jesus de Oliveira Andrade e Laís Pimenta de Carvalho Sacoda e os vereadores Antônio César Picirilo e Paulo César de Souza. O Presidente Lisandro José Monteiro não votou, e o vereador Juliano Carlos Reis (Biju) não estava presente à reunião. Aprovado e em pauta para segunda votação. PROJETO DE LEI Nº 5911, de autoria do Vereador Marcos Antônio Vitorino, que "Acrescenta dispositivos à Lei Municipal nº 3.253, de 15 de dezembro de 2005, que estabelece normas para a nomenclatura de bairros, loteamentos, vias, praças, logradouros e próprios públicos, estradas vicinais e outros bens públicos de qualquer natureza do Município de São Sebastião do Paraíso/MG, e dá outras providências". A Comissão de Finanças, Justiça e Legislação emitiu parecer favorável, considerando o projeto apto à deliberação em Plenário, respeitando a legalidade. O parecer foi colocado em votação e aprovado, ficando o projeto incluído na pauta para primeira votação. **PRIMEIRA VOTAÇÃO**: PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1314, de autoria da Vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos, que "Concede o Título de Cidadã Benemérita Paraisense à Senhora Mayra Reis Pedroso Pimenta". O projeto foi colocado em primeira votação e aprovado, sendo encaminhado à promulgação. PROJETO DE LEI Nº 5913, de autoria do Vereador Tomás Salviano Martins, que "Denomina de Professora Juliana Correa Lovo a escola a ser construída ao lado da Escola Estadual Professora Inês Miranda Almeida, no bairro Jardim Alvorada". O projeto foi colocado em primeira votação e aprovado. **SEGUNDA VOTAÇÃO**: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 106, de autoria do Vereador Paulo César de Souza, que "Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 31, de 15 de fevereiro de 2011, que institui o Código de Obras do Município de São Sebastião do Paraíso, estabelecendo a obrigatoriedade de disponibilização de instalação sanitária nos canteiros de obras, e dá outras providências". O projeto foi colocado em segunda votação, aprovado e encaminhado à sanção. PROJETO DE LEI Nº 5909, de autoria do Executivo Municipal, que "Altera a Lei Municipal nº 4.747, de 26 de maio de 2021, para adequar a composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb – CACS-Fundeb à Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020". O projeto foi colocado em segunda votação, aprovado e encaminhado à sanção. **GRANDE EXPEDIENTE**: Pela ordem, o vereador Luiz Benedito de Paula iniciou sua fala cumprimentando o Senhor Presidente e os presentes. Em seguida, informou que apresentaria uma Moção de Congratulações ao grupo de carros antigos Pinga Óleo, destacando que seus integrantes representam São Sebastião do Paraíso em diversos encontros realizados na região, participando de eventos em Franca, Batatais, Santo Antônio da Alegria, Cássia, Itamogi e outras localidades. Cumprimentou especialmente Fernando, fundador do grupo, que se encontrava presente no plenário, solicitando que se levantasse para ser apresentado aos presentes, e ressaltou seu trabalho de organização, estendendo os cumprimentos a todos os demais organizadores e integrantes. O vereador mencionou o encontro de carros antigos realizado no dia 1º de novembro, no ABC, que reuniu mais de duzentos veículos e promoveu a arrecadação de centenas de quilos de alimentos. Agradeceu a Antônio, gerente do ABC, pelo trabalho desenvolvido em parceria com o grupo Pinga Óleo e relatou que, em reconhecimento à participação dos integrantes, foi realizada uma homenagem no sábado à noite, mesmo diante da chuva, ocasião em que foram entregues brindes e mais de quarenta fotografias reveladas aos participantes. Destacou a importância da iniciativa e agradeceu, em nome do grupo, a Antônio pelo reconhecimento e pela colaboração. Também recordou o sucesso de outro evento promovido pelo ABC em 2024, na saída da pista, reiterando seus cumprimentos aos organizadores e participantes pelo trabalho de arrecadação de alimentos e pela contribuição à comunidade. Na sequência, apresentou solicitação ao Prefeito Municipal para que seja providenciada a pintura das faixas de estacionamento existentes nos dois lados do cemitério, especialmente no trecho próximo ao albergue, à direita, onde as marcações de estacionamento em diagonal, no ângulo de 45 graus, encontram-se completamente apagadas. Quanto ao lado esquerdo do cemitério, em frente ao Atacado Santa Rosa, na saída para a Guardinha, observou que existe espaço suficiente para a implantação de vagas de estacionamento de frente, o que poderia ampliar a disponibilidade de lugares. Como exemplo, mencionou que, durante o Dia de Finados, algumas pessoas estacionaram seus veículos dessa maneira, sem prejudicar o trânsito, considerando

a largura aproximada de trinta metros existente no local. Em seguida, informou que encaminharia ofícios ao Departamento de Estradas de Rodagem de Passos, ao órgão responsável em Belo Horizonte e à concessionária Via Nascentes, solicitando a retirada das árvores existentes às margens da BR-265, entre os quilômetros 651,3 e 653, na região do bairro rural Faxina, aproximadamente um quilômetro após a entrada da Guardinha. Relatou que, no sábado à noite, diversas árvores caíram sobre a pista e que um caminhão chegou a passar por cima das primeiras árvores, situação que evidenciou o risco de acidentes. Por essa razão, solicitou o corte das árvores, especialmente no sentido Ribeirão Preto, a fim de prevenir novas ocorrências e preservar a segurança dos usuários da rodovia. Na continuidade, anunciou que também encaminharia ofício à concessionária EPR. Recordou que o presidente da empresa, senhor Diogo, esteve anteriormente na Câmara Municipal, ocasião em que o vereador solicitou a instalação de defensas metálicas na rodovia MGC-491, nos quilômetros 5,3, 7,3 e 8,2, informando que as estruturas já foram implantadas. Relatou que havia recebido, naquele dia, uma ligação do representante da concessionária para tratar de respostas a outras solicitações e que aproveitou a oportunidade para comunicar que apresentaria, em plenário, novo pedido de providências. Dessa vez, solicitou a implantação de uma faixa adicional na rodovia MGC-491, entre os quilômetros 11 e 13, na região da Serra do Poço do Sol. Explicou que o trecho possui aproximadamente três quilômetros sem faixa adicional e que, quando um ônibus ou uma carreta carregada trafega pela serra, forma-se uma longa fila de veículos leves aguardando a conclusão do trecho para realizar ultrapassagens. Além disso, pediu que a concessionária realize estudos para a implantação de rampas de escape, dispositivos destinados a permitir que caminhões que apresentem falhas no sistema de freios saiam da pista em segurança, utilizando estruturas com materiais como pedras para reduzir a velocidade e evitar acidentes graves. Como justificativa, mencionou o tombamento de uma carreta carregada de adubo ocorrido no início do mês anterior, em razão de problemas nos freios, ressaltando que, caso houvesse uma rampa de escape naquele trecho, provavelmente a morte do motorista poderia ter sido evitada. Após apresentar os pedidos, o vereador passou a comentar as ações realizadas pela Administração Municipal, cumprimentando o Prefeito, o Vice-Prefeito, os secretários e os servidores pelos trabalhos desenvolvidos. Destacou o recapeamento das ruas do bairro Vila Ipê, que, segundo afirmou, era uma antiga reivindicação dos moradores, e informou que a obra foi viabilizada por meio de emenda parlamentar do deputado estadual Antônio Carlos Arantes. Mencionou, ainda, o recebimento de mais um milhão de reais para recapeamento, por meio de emenda parlamentar do deputado estadual Raul Belém, agradecendo aos parlamentares pelos recursos destinados ao Município. Em relação à iluminação pública, ressaltou a instalação de luminárias em ruas e avenidas, destacando a Rua Inglaterra, que anteriormente apresentava pouca iluminação e passou a contar com novas lâmpadas, proporcionando satisfação aos moradores. Citou também a implantação de postes e luminárias em outros pontos, inclusive na Avenida Deputado Del Caran, na região da Mário Giacchero. Agradeceu a todos os envolvidos e fez menção especial a Alex, responsável pela iluminação pública, destacando seu trabalho no registro dos endereços que necessitam de substituição de lâmpadas e na coordenação da instalação de novos postes e luminárias. Na sequência, elogiou a atuação do Prefeito Municipal, afirmando que ele acompanha pessoalmente diversas situações enfrentadas pelo Município, como enchentes e quedas de árvores. Como exemplo, relatou que, na semana retrasada, após o furto de fiação em um barracão localizado próximo ao trevo da BR-265 com a MGC-491, onde anteriormente funcionava a empresa Multipóli, o Prefeito esteve no local acompanhado da Polícia e da Guarda Municipal. O vereador também mencionou a realização de um curso ministrado por Caio Magno sobre orçamento público municipal, abordando o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Informou que o palestrante analisou as contas públicas da Prefeitura e demonstrou satisfação com os resultados apresentados, destacando que os indicadores receberam avaliação positiva. Cumprimentou a Administração pelas futuras inaugurações e entregas previstas, mencionando o Teatro Municipal, a UBS do bairro Diamantina, a UPA Pediátrica e o Campo do Morumbi. Afirmou que a Administração vem trabalhando e cumprindo o orçamento, ressaltando que as análises das contas públicas dos exercícios anteriores demonstrariam resultados positivos. Reiterou, assim, seu apoio ao trabalho desenvolvido pelo Prefeito e pela equipe municipal. Aproveitou a oportunidade para parabenizar Gabriela, assessora do vereador Juliano Carlos Reis (Biju), pelo aniversário, desejando-lhe saúde, paz e bênçãos em sua vida pessoal e profissional. Antes de encerrar, solicitou novamente a palavra para apresentar matéria publicada no Jornal do Sudoeste a respeito da Companhia de Reis Estrela do Oriente.

Explicou que a companhia, cuja gerência está a cargo de seu assessor parlamentar, Marcelo Morais Saraveia, anteriormente havia sido reconhecida como Ponto de Cultura e que, mais recentemente, recebeu o reconhecimento como Ponto de Memória, por meio de certificado concedido pelo Instituto Brasileiro de Museus, vinculado ao Ministério da Cultura. Considerou a conquista uma realização de grande importância e parabenizou Marcelo e todos os integrantes da Companhia de Reis Estrela do Oriente, da região da Água Limpa, ressaltando o valor do trabalho cultural e religioso desenvolvido pelo grupo e sua relevância em âmbito nacional. Por fim, desejou a todos uma ótima semana, agradeceu e encerrou sua manifestação. Pela ordem, o vereador Tomás Salviano Martins iniciou sua fala solicitando o envio de uma Moção de Congratulações às professoras doutoras Alessandra de Souza Rodrigues e Natália Silva, que estiveram na Câmara Municipal apresentando o projeto “Digitalmente 60 Mais”. Ressaltou a importância do trabalho desenvolvido pelas professoras em benefício da população idosa e pediu que a homenagem fosse encaminhada como forma de reconhecimento e agradecimento pela iniciativa. Na sequência, apresentou uma fotografia e parabenizou a Associação Atlética Paraisense pela parceria firmada com o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense. Informou que, por meio dessa parceria, foi construído um campo de futebol com gramado sintético, cuja estrutura já estava concluída, incluindo o fechamento das laterais e a instalação de iluminação. Explicou que a iniciativa possibilitará a implantação de uma escolinha de futebol em São Sebastião do Paraíso, em colaboração com o Grêmio, criando perspectivas para o desenvolvimento de jovens atletas e, futuramente, para a participação de jogadores da Paraisense em equipes de categorias de base ou em outras oportunidades esportivas vinculadas ao clube gaúcho. Por fim, parabenizou a presidência da Associação Atlética Paraisense pela iniciativa e pela parceria estabelecida, encerrando sua manifestação. Pela ordem, a vereadora Daiane Jesus de Oliveira Andrade cumprimentou novamente o Senhor Presidente e os presentes. Inicialmente, agradeceu ao Presidente pela cessão do espaço da Câmara Municipal para a realização da solenidade de posse da nova diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Centro-Sudoeste, ocorrida na quinta-feira anterior. Recordou que as eleições sindicais foram realizadas no dia 5 de outubro e que, na solenidade, tomou posse a nova diretoria, presidida por Renato Parada, que sucedeu a ex-presidente Regina Nunes, homenageada durante o evento. Considerou a ocasião emocionante e agradeceu a todos que contribuíram para a organização e estrutura da cerimônia, destacando a satisfação de acompanhar o reconhecimento dos servidores públicos ao trabalho realizado ao longo dos anos e a vitória da Chapa 1. Em seguida, passou a tratar da situação dos profissionais que atuam na educação infantil, contextualizando que, em janeiro de 2026, foi aprovada a Lei Federal nº 15.326/2026, que alterou diretrizes relacionadas à educação e ao enquadramento dos profissionais da educação infantil na carreira do magistério. Explicou que a legislação estabelece que devem ser considerados professores da educação infantil, independentemente da denominação do cargo ocupado, os profissionais que exercem função docente e atuam diretamente com as crianças. Ressaltou que, portanto, profissionais identificados como monitores ou monitores infantis também precisam ter suas atribuições e condições de trabalho analisadas, a fim de verificar o preenchimento dos requisitos legais para eventual enquadramento na carreira do magistério. Destacou que a discussão envolve questões relevantes, como o reconhecimento profissional, os direitos previdenciários e o acesso ao piso salarial do magistério. A vereadora afirmou que, apesar de a lei ter sido sancionada em janeiro de 2026, a categoria ainda não conseguiu estabelecer um diálogo efetivo com o Poder Executivo sobre o assunto. Relatou que já foram realizadas tentativas de encaminhamento por meio da Comissão de Educação, do sindicato da categoria e do próprio Secretário Municipal de Educação, mas que, até aquele momento, os profissionais não haviam obtido uma resposta concreta. Diante dessa situação, solicitou a aprovação para o agendamento de uma audiência pública, com a maior brevidade possível, a fim de promover o debate e permitir que os profissionais apresentem suas atribuições, esclareçam suas atividades e discutam os requisitos previstos na legislação. Argumentou que não seria razoável que os servidores permanecessem sem respostas, recebendo apenas informações vagas de que o assunto estaria sendo analisado, sem uma definição ou posicionamento oficial. Acrescentou que a Comissão de Educação já havia recebido ofícios e realizado reuniões com um número expressivo de profissionais, mas que ainda não havia recebido resposta à documentação solicitada. Questionou, inclusive, há quantos meses a Comissão aguardava o retorno do último ofício, mencionando a participação da doutora Laiana nesse acompanhamento, embora tenha reconhecido não saber precisar o período. Também perguntou se havia sido apresentada alguma resposta aos

documentos solicitados após reunião realizada na Câmara com diversas profissionais, observando que não tinha conhecimento de retorno. Defendeu que a audiência pública seria o espaço adequado para reunir os servidores, representantes do Executivo, especialistas e pessoas com conhecimento técnico, possibilitando a apresentação dos diferentes pontos de vista, a análise das atribuições e a verificação de quais profissionais se enquadram nas disposições da lei federal. Reforçou que a Câmara precisa proporcionar condições para que essas trabalhadoras sejam ouvidas e para que o Poder Executivo apresente uma resposta efetiva sobre o tema. Afirmou que, se a legislação federal reconhece a possibilidade de enquadramento dos profissionais da educação infantil na carreira do magistério, desde que preenchidos os requisitos legais, é necessário que o Município examine a questão e promova as adequações pertinentes, inclusive no plano de carreira, caso seja constatado o direito. Reiterou, assim, o pedido de realização da audiência pública com urgência, ressaltando que as profissionais responsáveis pela educação e pelo cuidado das crianças merecem uma análise séria e transparente de sua situação funcional. Ao final, declarou que o objetivo é possibilitar o diálogo e buscar um entendimento com o Executivo, para que as monitoras da educação infantil de São Sebastião do Paraíso recebam uma resposta e tenham seus direitos devidamente avaliados. Encerrada a manifestação, o Presidente colocou em votação o ofício de autoria da vereadora Daiane Jesus de Oliveira Andrade, tendo sido aprovado pelo plenário. Pela ordem, o vereador Roney Valdemar de Oliveira Vilaça iniciou sua fala relatando que esteve reunido com o comando do Corpo de Bombeiros de São Sebastião do Paraíso e que, durante o encontro, foi discutida a possibilidade de elevar o atual pelotão à condição de companhia. Explicou que o apoio político dos vereadores, inclusive por meio da mobilização dos deputados com os quais mantêm relacionamento, poderá ser decisivo para viabilizar essa mudança. Destacou que o pelotão de São Sebastião do Paraíso é o mais antigo do Estado de Minas Gerais e que sua elevação à condição de companhia representaria um avanço significativo na capacidade operacional da corporação e na prestação de serviços à população. Para esclarecer a importância da medida, explicou que, atualmente, o efetivo disponível permite manter apenas uma equipe de prontidão para atender às ocorrências. Assim, quando essa equipe se desloca para prestar atendimento, não há outra equipe disponível para responder simultaneamente a uma segunda solicitação, sendo necessário aguardar o retorno dos militares para que uma nova ocorrência possa ser atendida. Ressaltou que, com a transformação do pelotão em companhia, haveria aumento do efetivo, possibilitando a manutenção de duas equipes de prontidão para atender São Sebastião do Paraíso e os municípios da região abrangidos pela unidade. O vereador destacou, ainda, que o Município apresenta números expressivos de atendimentos, chegando a registrar, no período de um ano, quantidade de ocorrências superior à de Passos, embora aquela cidade já possua estrutura de companhia e conte com duas equipes de prontidão, enquanto São Sebastião do Paraíso permanece com apenas uma. Considerou que esses dados estatísticos constituem justificativa importante para demonstrar ao comando estadual a necessidade de elevar a unidade local à condição de companhia. Acrescentou que a mudança também possibilitaria a vinda de um oficial com patente de capitão, que teria posto fixo no Município, e mencionou a possibilidade de Guaxupé também integrar a área de abrangência da companhia de São Sebastião do Paraíso. Segundo explicou, o reforço da estrutura operacional poderia permitir, ainda, a retomada de projetos sociais do Corpo de Bombeiros na cidade, voltados às crianças, recordando especialmente o projeto Bombeiro Mirim, cuja participação deixou boas lembranças entre aqueles que dele fizeram parte e contribuiu para a formação de valores pessoais e sociais dos participantes. Na sequência, anunciou que apresentaria uma Moção de Apelo destinada à Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, esclarecendo que o pedido não seria direcionado ao Governo do Estado, uma vez que a decisão sobre a elevação da unidade à condição de companhia seria de natureza operacional e estaria dentro das atribuições do próprio comando da corporação. Afirmou que a atual Comandante-Geral possui competência para determinar a alteração por meio de resolução e informou que já existem manifestações favoráveis dos comandantes regionais envolvidos, os quais, em reunião prévia, teriam demonstrado concordância com a proposta e disposição para realizar os remanejamentos internos necessários. Ressaltou que a medida não acarretaria novos custos para o Estado, mas representaria um ganho expressivo para São Sebastião do Paraíso e toda a região atendida pela unidade. Por fim, convidou os demais vereadores a assinarem a Moção de Apelo e solicitou que também mobilizassem os deputados com os quais mantêm contato político, para que encaminhassem manifestações à Comandante-Geral em apoio à reivindicação. Mencionou que o vereador Tomás Salviano Martins já havia

defendido anteriormente essa mesma causa e ressaltou a importância de unir esforços e fortalecer politicamente o pedido, visando à ampliação da capacidade de atendimento do Corpo de Bombeiros no Município. Pela ordem, o vereador Marcos Antônio Vitorino (Marcão) cumprimentou os nobres pares e todos que acompanhavam a sessão, informando que seria breve em sua manifestação. Inicialmente, solicitou a apresentação de uma Moção de Pesar à senhora Fernanda Vilela, filha do Prefeito do Município de Cássia, em razão de seu falecimento, ocorrido após um trágico acidente na semana anterior. Manifestou sua solidariedade à família enlutada e pediu que a homenagem fosse encaminhada em nome da Câmara Municipal. Na sequência, cumprimentou a servidora Gabriela, assessora do vereador Juliano Carlos Reis (Biju), pelo aniversário comemorado naquela data, desejando-lhe bênçãos. Em seguida, solicitou a exibição de um vídeo para apresentar uma demanda à Secretaria Municipal de Obras. Mostrou um poste localizado na Rua Major Clarindo Couto Rosa, esquina com a Rua Luís Firmino, no bairro Rosentina, que estaria correndo risco de queda em razão de uma grande erosão existente no local. Explicou que o poste se encontrava escorado e que, com as chuvas, o buraco vinha aumentando, agravando o risco. Relatou que já havia conversado com representantes da CEMIG, mas foi informado de que a intervenção necessária naquele ponto deveria ser realizada pela Secretaria Municipal de Obras. Diante disso, solicitou que a Secretaria providenciasse, com a maior brevidade possível, o reparo do buraco e a contenção da erosão, a fim de evitar que o poste viesse a cair e provocasse algum acidente. Na continuidade, apresentou sugestão à Prefeitura Municipal e à Câmara para que promovam uma campanha de conscientização referente ao Novembro Azul, assim como havia sido realizada a divulgação do Outubro Rosa, destacando a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de próstata. Mencionou dados que atribuiu ao Instituto Nacional de Câncer (INCA), segundo os quais 28% da população masculina morreria em decorrência desse tipo de câncer. Ressaltou que é necessário insistir na divulgação do tema, considerando que, culturalmente, muitos homens não têm o hábito de procurar atendimento médico e realizar consultas e exames preventivos, diferentemente do que ocorre com as mulheres, que, segundo observou, costumam procurar com maior frequência os postos de saúde e os serviços médicos. Defendeu que tanto a Prefeitura quanto a Câmara utilizem suas redes sociais para incentivar os homens a procurarem os postos de saúde e o ambulatório, buscando orientação e realizando os exames necessários. Acrescentou que, conforme as informações consultadas no INCA, um homem morreria a cada 38 minutos em decorrência do câncer de próstata e que aproximadamente 90% dos casos teriam possibilidade de cura quando identificados precocemente. Por essa razão, enfatizou que o diagnóstico antecipado é fundamental e que os exames preventivos podem contribuir para identificar a doença em tempo oportuno, evitando que ela seja descoberta em estágio avançado, quando o tratamento pode se tornar mais difícil e comprometer a vida do paciente. Lamentou que muitos homens ainda percam a vida por deixarem de procurar atendimento médico e realizar os exames preventivos. Direcionou a sugestão à Administração Municipal, mencionando expressamente Adriano, da Comunicação da Prefeitura, para que a campanha seja divulgada e o assunto receba maior destaque nas redes sociais, alertando a população masculina sobre a importância dos cuidados com a saúde. Reforçou que, caso a Câmara também participe dessa divulgação, a iniciativa terá grande relevância para a conscientização da população. Por fim, solicitou o envio de uma Moção de Congratulações ao professor Caio Magno, que esteve na Câmara na quinta e na sexta-feira anteriores, ministrando um curso sobre orçamento público. Elogiou a qualidade da capacitação oferecida e afirmou que o conteúdo apresentado foi de grande valia para os vereadores e para a Casa Legislativa. Durante a manifestação, outros vereadores solicitaram autorização para também assinar a homenagem, manifestando reconhecimento pelo conhecimento e pela capacidade técnica do professor, cuja atuação foi considerada diferenciada e exemplar. O vereador Marcos Antônio Vitorino (Marcão) acolheu as manifestações de apoio e, ao encerrar, desejou a todos uma boa semana e agradeceu. Pela ordem, o vereador Antônio César Picirilo cumprimentou o Senhor Presidente, os colegas vereadores e as pessoas que ainda se encontravam no plenário, desejando a todos um bom encerramento de ano. Refletiu que o período foi marcado por conquistas, mas também por decepções, acontecimentos que, segundo afirmou, fazem parte da vida humana e devem ser enfrentados com serenidade. Agradeceu pelas oportunidades de manifestação concedidas na Câmara, especialmente para dar visibilidade a situações relevantes do Município e a problemas que exigem atenção do Poder Público. Nesse sentido, mencionou as manifestações dos vereadores Marcos Antônio Vitorino (Marcão) e Roney Valdemar de Oliveira Vilaça, destacando que ambos vinham

abordando questões relacionadas à saúde e aos acontecimentos da cidade, demonstrando que a Câmara está atenta às necessidades da população. Em seguida, relatou que, ao percorrer a cidade durante a semana, observou situações que lhe causaram preocupação e anunciou que apresentaria uma indicação ao Prefeito Municipal para intensificar os serviços de manutenção urbana. Solicitou maior atenção às guias, aos canteiros centrais das avenidas, às praças e às ruas, bem como à limpeza e à roçagem dos terrenos, ressaltando que o crescimento excessivo do mato prejudica a aparência da cidade. Também chamou a atenção para a quantidade de buracos nas vias públicas, reconhecendo o trabalho que o Prefeito e sua equipe vêm realizando por meio das operações de tapa-buracos, mas observando que novos buracos continuam surgindo, inclusive próximos às guias, causando transtornos aos pedestres e demais usuários das vias. Na sequência, manifestou preocupação com o estado de saúde do senhor João Ferreira, a quem identificou como um dos embaixadores mais antigos da cidade. Destacou que o vereador Luiz Benedito de Paula conhece bem sua capacidade e dedicação, especialmente pelo trabalho que realiza junto às pessoas idosas. Relatou que João Ferreira visita semanalmente o Asilo São Vicente de Paulo, levando seu instrumento musical, cantando e rezando com os residentes, proporcionando-lhes momentos de alegria e companhia. Ressaltou que, mesmo aos 87 anos, enfrenta o percurso até a instituição a pé, demonstrando disposição e compromisso com essa atividade, apesar das dificuldades físicas e do tremor nas mãos. Defendeu que São Sebastião do Paraíso volte a promover grandes encontros de Companhias de Reis, observando que, embora a cidade ainda tenha muito a avançar na valorização do folclore e da religiosidade, existe um número expressivo de pessoas que apreciam essa manifestação cultural. Afirmou que, com a união de esforços, seria possível organizar eventos que valorizassem os grupos e seus integrantes, especialmente porque, a partir de novembro, as companhias começam a percorrer as comunidades, acompanhadas de seus foliões e instrumentos musicais. Explicou que a Companhia de Reis possui, antes de tudo, um sentido religioso e que suas apresentações estão relacionadas à representação do nascimento de Jesus Cristo e aos ensinamentos transmitidos pelo presépio. Recordou a tradição atribuída a São Francisco de Assis, que teria montado um presépio para manter viva a lembrança do nascimento de Jesus, utilizando elementos e personagens ligados à vida no campo. Ressaltou que o nascimento do Filho de Deus representa uma mensagem de paz e que essa tradição deve servir de inspiração para o crescimento da fé, do amor ao próximo e da capacidade de reconhecer os próprios erros e pedir perdão a Deus. Também fez uma reflexão sobre a necessidade de preservar a fé e os valores humanos diante das dificuldades do mundo contemporâneo, defendendo que cada pessoa deve fazer sua parte para manter vivas essas tradições. Incentivou os presentes a visitarem pessoas conhecidas que apreciam a Companhia de Reis e que, por alguma razão, já não conseguem acompanhar as apresentações, sugerindo que, mesmo sem cantar perfeitamente, os integrantes possam levar uma música ou um verso para proporcionar alegria a essas pessoas. Declarou seu apreço pela Companhia de Reis e mencionou que, há alguns anos, também participa da dança do Congo, destacando que o que mais o impressiona nessas manifestações é a humildade dos integrantes e o sentido religioso que orienta suas atividades. Definiu a Companhia de Santos Reis como um verdadeiro evangelho ambulante, por transmitir ensinamentos que podem contribuir para a formação de pessoas melhores e para o fortalecimento dos valores humanos. Afirmou que, apesar das dificuldades, essas manifestações culturais e religiosas continuam vivas em São Sebastião do Paraíso e demonstrou esperança de que permaneçam fortes nos próximos anos, para que possa continuar participando e convivendo com essas pessoas que tanto admira. Em aparte, o vereador Marcos Antônio Vitorino (Marcão) manifestou seu reconhecimento ao vereador Antônio César Picirilo, afirmando sentir-se honrado por integrar a mesma legislatura e lamentando não ter tido a oportunidade de conviver com ele durante seu primeiro mandato. Declarou que aprende diariamente com o colega, especialmente com suas reflexões sobre a importância da humanidade, da solidariedade e do cuidado com as pessoas. Para exemplificar, relatou uma situação vivenciada no início de novembro, quando retornava de Campinas e parou em um posto de combustíveis na cidade de Mogi Mirim. Na ocasião, uma pessoa se aproximou para pedir ajuda e iniciou uma conversa, perguntando de onde ele era. Ao responder que vinha de São Sebastião do Paraíso, ouviu daquele homem que havia permanecido por bastante tempo na Chácara Pedacinho do Céu e que Antônio César Picirilo o havia ajudado muito durante aquele período. O vereador contou que fez questão de perguntar o nome da pessoa, identificada como Paulo, e destacou que ficou sensibilizado ao saber que alguém que atualmente caminhava pelo mundo, apresentando-se como andarilho, ainda guardava a lembrança do acolhimento

recebido em São Sebastião do Paraíso, mesmo depois de tantos anos. Ressaltou que considerava esse episódio um exemplo da dedicação e da solidariedade do colega, afirmando que se espelhava em sua conduta e se sentia honrado por tê-lo como vereador e professor. Retomando a palavra, o vereador Antônio César Picirilo explicou que conhecia a história de Paulo e relatou que, quando o acolheu na Chácara Pedacinho do Céu, ele se encontrava em estado de saúde muito grave, praticamente à beira da morte, em decorrência de tuberculose. Contou que, durante aquele período, percebeu a importância do clima de São Sebastião do Paraíso para a recuperação de pessoas acometidas pela doença, observando que Paulo conseguiu se recuperar na chácara e, posteriormente, voltou a apresentar problemas relacionados às condições em que vivia nas ruas, tendo sido novamente acolhido e tratado. Recordou que Paulo demonstrava especial carinho por ele e que, durante as visitas à chácara, costumava reservar frutas, peixes e outros alimentos para presenteá-lo, dizendo que aqueles itens eram destinados ao “Pai Tonin”. Relatou também que, em determinada ocasião, Paulo se ofereceu para capinar uma plantação de milho, demonstrando gratidão e disposição para retribuir o acolhimento recebido. O vereador afirmou que essas atitudes fortalecem sua coragem para continuar trabalhando com pessoas em situação de vulnerabilidade, pois, ao longo dessa experiência, encontra demonstrações de gratidão, carinho e reconhecimento que muitas vezes passam despercebidas pela sociedade. Acrescentou que, embora existam pessoas que não consigam demonstrar reconhecimento, muitas outras guardam profunda gratidão por aqueles que lhes estenderam a mão nos momentos de necessidade, o que considera uma das maiores recompensas desse trabalho. Ao final, dirigiu-se novamente ao vereador Marcos Antônio Vitorino (Marcão), ressaltando a importância de observar e valorizar essas histórias de solidariedade e reconhecimento. Pela ordem, a vereadora Laís Pimenta de Carvalho Sacoda iniciou sua manifestação comentando as comemorações realizadas no final de semana em homenagem ao aniversário do distrito de Guardinha. Relatou que o evento foi muito positivo e aproveitou para parabenizar a equipe de Saúde da Família do posto de saúde local pela realização de mais uma edição da programação do Novembro Azul, que contou com a organização de uma partida de futebol entre os homens. Destacou o empenho dos profissionais na preparação da atividade e a boa receptividade da comunidade. Também parabenizou os moradores do distrito, ressaltando que, apesar das dificuldades enfrentadas pela localidade, a população mantém sua alegria, acolhimento e disposição para participar das iniciativas comunitárias. Afirmou que a realização de mais uma comemoração foi importante para que a data não passasse em branco e agradeceu a todos que contribuíram para o evento. Estendeu os agradecimentos aos patrocinadores que custearam a banda responsável pela apresentação musical no domingo, esclarecendo que não mencionaria individualmente os nomes para evitar esquecer alguém. Agradeceu à Prefeitura Municipal pela disponibilização do som utilizado no local e ao pessoal do Chaparral, responsável pela organização da cavalgada, destacando que existe o propósito de retomar e fortalecer essa tradição no distrito de Guardinha. Por fim, agradeceu a todos que participaram e estiveram presentes, bem como àqueles que acompanharam a divulgação pelas redes sociais e compareceram para prestigiar e demonstrar carinho pelo distrito naquela data especial. Em aparte, a vereadora Daiane Jesus de Oliveira Andrade parabenizou a comunidade de Guardinha e a vereadora Laís Pimenta de Carvalho Sacoda pela realização do evento, ressaltando que a comemoração foi muito bonita e representativa para o distrito. Comentou que, ao chegar ao local e observar a programação musical e o ambiente da festa, percebeu a diferença no ânimo da comunidade e destacou as transformações positivas que vêm acontecendo na localidade. Reconheceu a contribuição de Laís Pimenta de Carvalho Sacoda, especialmente pelo trabalho desenvolvido à frente da escola, afirmando que suas iniciativas têm colaborado para o crescimento do distrito e para o fortalecimento da participação comunitária. Ao final, reiterou os cumprimentos pela organização e afirmou que o evento foi digno da importância de Guardinha. Em aparte, o vereador Lisandro José Monteiro também parabenizou a vereadora Laís Pimenta de Carvalho Sacoda e comentou sobre a reforma da escolinha do distrito, observando que a obra estava próxima de ser concluída e que aquele sonho estava prestes a se tornar realidade. Recordou as dificuldades enfrentadas anteriormente para viabilizar o projeto e mencionou o empenho de pessoas que passaram pela gestão da iniciativa, manifestando satisfação com a proximidade da concretização da obra. Desejou que, em breve, a vereadora pudesse estar no local acompanhando a realização desse objetivo tão aguardado pela comunidade. Retomando a palavra, a vereadora Laís Pimenta de Carvalho Sacoda afirmou que a conclusão da reforma representava uma grande bênção e recordou o início do projeto, quando um grupo de mulheres se reuniu para

buscar a recuperação da estrutura da associação. Explicou que, naquele momento, a entidade acumulava dívidas significativas e que, durante o ano anterior, os esforços foram concentrados no pagamento dos débitos e na regularização da documentação, inclusive com a organização e o registro das atas em cartório, o que também gerou despesas. Relatou que, quando finalmente foi possível iniciar a reforma, a expectativa inicial era conseguir recursos suficientes apenas para realizar a substituição do telhado naquele ano. Entretanto, diversos empresários passaram a procurar a associação e oferecer apoio, fazendo com que as doações superassem as expectativas. Informou que, em aproximadamente dois meses, já haviam sido arrecadados cerca de setenta mil reais em doações. Acrescentou que a associação pretende realizar uma inauguração e convidar todos os empresários que contribuíram para a concretização do projeto. Ressaltou que é gratificante perceber quantas pessoas acreditam na iniciativa e desejam que Guardinha recupere sua estrutura comunitária. Informou, ainda, que já existem empresários dispostos a apoiar a continuidade das obras a partir do próximo ano, considerando a extensão do terreno e a possibilidade de desenvolver uma segunda etapa de melhorias. A vereadora destacou que a confiança dos apoiadores é resultado do trabalho sério desenvolvido pela associação e da apresentação dos resultados alcançados. Comentou que a entidade tem levado cursos e oportunidades aos moradores, permitindo que a comunidade acompanhe a concretização das propostas e volte a acreditar no projeto. Na sequência, abordou a situação do trevo de acesso aos bairros Marques e ao distrito de Guardinha. Relatou que havia encaminhado um ofício solicitando uma reunião presencial com representantes da concessionária Via Nascentes, mas recebeu como resposta a proposta de realização de uma reunião on-line. Manifestou sua preferência pelo diálogo presencial, afirmando que considera importante conversar diretamente com os responsáveis. Disse que aceitaria aguardar até janeiro do ano seguinte, considerando o período de transição da empresa, mas advertiu que, caso não houvesse atendimento até o final daquele mês, seriam necessárias medidas mais firmes para chamar a atenção da concessionária. Nesse contexto, mencionou a possibilidade de mobilização com tratores na rodovia, com interdição do trecho durante todo o dia, caso a reivindicação continuasse sem resposta. Na sequência, o vereador Lisandro José Monteiro manifestou pesar pelo falecimento de dois conhecidos. Inicialmente, mencionou a morte de seu amigo Rogério Feitano, relatando que ele foi acometido por câncer de próstata aos 47 anos de idade. Associou a lembrança do falecido à importância da prevenção e da conscientização sobre a doença, tema abordado durante a campanha do Novembro Azul. Em seguida, informou que também havia perdido, no dia anterior, outro grande amigo, conhecido como Hélio do Bar, que era seu vizinho havia aproximadamente vinte anos, desde que passou a morar no bairro Verona. Diante das perdas, solicitou o envio de Moções de Pesar às famílias enlutadas, manifestando sua solidariedade e desejando que Deus acolhesse os falecidos. Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, Fábio Monitório Souto, Assessor Técnico Parlamentar I, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos vereadores que compareceram à presente sessão e encaminhada para publicação.

VER LISANDRO JOSÉ MONTEIRO
PRESIDENTE

VEREADORA MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS
VICE-PRESIDENTE

VER. LUIZ BENEDTIO DE PAULA
SECRETÁRIO

VER. JULIANO CARLOS REIS
2º VICE-PRESIDENTE

VER. MARCOS ANTÔNIO VITORINO
2º SERCRETÁRIO

VER. ANTÔNIO CÉSAR PICIRILO

VEREADORA DAIANE JESUS DE OLIVEIRA ANDRADE

VEREADORA LAIS PIMENTA DE CARVALHO SACODA

VER. PAULO CÉSAR DE SOUZA

VER. RONEY WALDEMAR DE OLIVEIRA VILAÇA

VER. TOMAS SALVIANO MARTINS

ATA DA 31ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO NO ANO DE 2026, DA 39ª CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, MG.

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu-se a Comissão de Finanças, Justiça e Legislação da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, estando presentes a Vereadora Laís Pimenta de Carvalho Sacoda e a Vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos, registrando-se a ausência do Vereador Juliano Carlos Reis, Presidente da Comissão. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação dos projetos constantes da Pauta nº 031/2026 da Comissão. Em ata, fica registrado que os servidores técnicos desta Casa têm como prerrogativa acompanhar a reunião, emitir pareceres e opiniões quando solicitado, porém, ressalta-se que tais manifestações não são vinculativas. Ademais, enfatiza-se que os vereadores membros desta Comissão, tal como previsto no Regimento Interno desta egrégia Casa Legislativa, são os responsáveis exclusivamente por qualquer ato praticado pela Comissão. Na sequência, passou-se à análise dos projetos constantes da pauta.

PROJETOS LIBERADOS PARA TRAMITAÇÃO

• Projeto de Lei nº 5917: "Dispõe sobre a proibição do plantio, cultivo, produção de mudas e comercialização da espécie arbórea Spathodea campanulata no Município de São Sebastião do Paraíso, autoriza medidas de manejo preventivo e dá outras providências". Autor: Vereador Tomás Salviano Martins. Histórico: 03/11/2026 – Início da tramitação; 09/11/2026 – Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio); 10/11/2026 – Anexado parecer jurídico. Recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Finanças, Justiça e Legislação e de Turismo e Meio Ambiente, ficando liberado para tramitação e inclusão na pauta da primeira votação. LIBERADO PARA TRAMITAÇÃO.

• Projeto de Lei nº 5918: "Denomina como 'Maíza Helena Cintra' o Serviço de Fisioterapia Municipal localizado dentro do Complexo de Saúde Dulce Morais (antigo Hospital Gedor Silveira), situado na Praça do Rosário". Autor: Vereador Tomás Salviano Martins. Recebeu parecer favorável da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação, ficando liberado para tramitação e inclusão na pauta da primeira votação. LIBERADO PARA TRAMITAÇÃO.

PROJETOS EM DELIBERAÇÃO

• Projeto de Lei nº 5595: "Revoga 'in totum' a Lei Municipal nº 4.229, de 20 de agosto de 2015, que autoriza o Executivo Municipal a outorgar concessão de direito real de uso de área à Espumaju Indústria e Com. de Travesseiros Soc. Ltda.". Autor: Executivo Municipal. Histórico: 14/03/2024 – Início da tramitação; 19/03/2024 – Encaminhado para parecer jurídico (Dra. Raíssa); 27/03/2024 – Anexada contestação da empresa ao projeto; 04/04/2024 – Anexado parecer jurídico; 18/04/2024 – Ofício ao Executivo solicitando projeto substitutivo; 17/10/2024 – Ofício ao Executivo reiterando o Ofício nº 015/CFJL/2024; 06/02/2025 – Reiterado o envio de ofício ao Secretário de Desenvolvimento e ao Executivo; 17/02/2025 – Ofício do Executivo em resposta à solicitação da Comissão; 19/02/2025 – Ofício ao proprietário do imóvel encaminhando novo relatório técnico de vistoria; 03/04/2025 – Solicitada expedição de ofício ao proprietário para prestação de informações; 09/04/2025 – Anexada resposta do proprietário; 24/04/2025 – Solicitada emissão de parecer contábil referente à resposta da empresa; 11/06/2025 – Ofício à Contabilidade da Câmara reiterando o pedido de parecer contábil; 16/06/2025 – Anexado parecer técnico solicitado à Contabilidade; 06/08/2025 – Ofício da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação ao Executivo encaminhando documentação apresentada pela empresa Espumaju e solicitando reavaliação, seja pela retirada de pauta, seja pela revogação daqueles cuja finalidade esteja comprovadamente descumprida. Permanece em deliberação na Comissão.

• Projeto de Lei nº 5854: "Altera o Anexo II da Lei Municipal nº 3.777, de 06 de julho de 2011, que aprova o vencimento dos servidores ocupantes dos cargos efetivos e dos cargos em comissão da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG". Autor: Vereador Lisandro José Monteiro. Histórico: 29/04/2026 – Início da tramitação; 05/05/2026 – Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio); 09/06/2026 – Anexado parecer jurídico. Permanece em deliberação na Comissão.

• Projeto de Lei nº 5881: “Dispõe sobre normas complementares de circulação e segurança para os veículos abrangidos pelas resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN relativas aos equipamentos de mobilidade individual autopropelidos e às bicicletas elétricas, no âmbito da micromobilidade urbana no Município de São Sebastião do Paraíso, e dá outras providências”. Autores: Vereador Juliano Carlos Reis, Vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos e Vereador Roney Waldemar de Oliveira Vilaça. Histórico: 14/07/2026 – Início da tramitação; 29/07/2026 – Encaminhado para parecer jurídico (Dra. Raíssa); 30/07/2026 – Anexado parecer jurídico; 18/08/2026 – Ofício da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação à Presidência solicitando o agendamento de audiência pública; 05/10/2026 – Ofício da Presidência convidando representantes do Executivo, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal e SAMU para a audiência pública; 13/10/2026 – Apresentada sugestão de emenda por munícipe; 13/10/2026 – Juntada análise jurídica da emenda; 13/10/2026 – Realizada audiência pública. Permanece em deliberação na Comissão.

• Projeto de Lei nº 5898: “Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Sebastião do Paraíso para o exercício financeiro de 2027 e dá outras providências”. Autor: Executivo Municipal. Histórico: 31/08/2026 – Início da tramitação; 01/09/2026 – Encaminhado para parecer jurídico (Dra. Raíssa); 09/09/2026 – Encaminhado para parecer contábil (Elizangela); 14/09/2026 – Anexado parecer jurídico; 15/09/2026 – Ofício da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação ao Executivo solicitando informação sobre a realização de audiência pública no âmbito do Poder Executivo referente à LOA 2027; 24/09/2026 – Anexada resposta do Executivo Municipal. Permanece em deliberação na Comissão.

• Projeto de Lei nº 5908: “Reconhece como entidade de utilidade pública municipal a Associação Motociclismo Solidário Brasil”. Autor: Vereador Luiz Benedito de Paula. Histórico: 17/09/2026 – Início da tramitação; 21/09/2026 – Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio); 13/10/2026 – Sugestão da Assessoria Jurídica para realização de diligência, mediante encaminhamento de ofício ao autor para juntada da documentação exigida pela Lei Municipal nº 3.568; 13/10/2026 – Ofício da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação ao autor solicitando a documentação exigida pela Lei Municipal nº 3.568. Permanece em deliberação na Comissão.

• Projeto de Lei nº 5912: “Dispõe sobre a possibilidade de visita de animais de estimação a pacientes internados em estabelecimentos hospitalares situados no Município de São Sebastião do Paraíso e dá outras providências”. Autor: Vereador Juliano Carlos Reis. Histórico: 13/10/2026 – Início da tramitação; 20/10/2026 – Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio); 04/11/2026 – Sugestão da Assessoria Jurídica, extraoficialmente, para que a Comissão de Finanças, Justiça e Legislação realize oitiva do Secretário Municipal de Saúde e do Diretor da Santa Casa, a fim de tratar sobre a proposta. Permanece em deliberação na Comissão.

• Projeto de Lei nº 5914: “Autoriza o Município de São Sebastião do Paraíso a desafetar e a dar em dação em pagamento dos imóveis pertencentes ao seu patrimônio para fins de indenização de imóvel desapropriado pelo Município de propriedade da Fundação Gedor Silveira e dá outras providências”. Autor: Executivo Municipal. Histórico: 29/10/2026 – Início da tramitação. Permanece em deliberação na Comissão.

• Projeto de Lei nº 5915: “Altera a Lei Municipal nº 4.807, de 28 de outubro de 2021, que dispõe sobre a política de incentivo à instalação, implantação, expansão e/ou ampliação de empresas no Município de São Sebastião do Paraíso, e dá outras providências”. Autor: Executivo Municipal. Histórico: 29/10/2026 – Início da tramitação; 09/11/2026 – Encaminhado para parecer jurídico (Dra. Raíssa). Permanece em deliberação na Comissão.

• Projeto de Lei nº 5916: “Autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento municipal de 2026, destinados à devolução de saldos remanescentes do Projeto Mãos Dadas”. Autor: Executivo Municipal. Histórico: 29/10/2026 – Início da tramitação. Permanece em deliberação na Comissão.

• Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 25: “Dispõe sobre a reformulação da Lei Orgânica Municipal”. Autores: Vereadores Jerônimo Aparecido da Silva, José Luiz das Graças, Lisandro José Monteiro, Luiz Benedito de Paula, Marcelo de Morais, Maria Aparecida Cerize Ramos, Paulo Cesar de Souza, Sergio

Aparecido Gomes, Valdir Donizete do Prado e Vinicio Jose Scarano Pedroso. Histórico: 18/05/2020 – Início da tramitação; 20/05/2020 – Encaminhado para parecer jurídico; 03/06/2020 – Envio de ofício ao INPAR, Sempre-Sudoeste, Secretarias Municipais e Executivo Municipal, encaminhando cópia do projeto; 12/08/2020 – Expedição de ofício às Secretarias Municipais, Executivo, INPAR e vereadores, solicitando o encaminhamento de sugestões ou objeções; 09/09/2020 – Aguardava manifestação das demais Secretarias; 04/11/2020 – Determinada a reiteração dos ofícios às Secretarias Municipais, INPAR, Executivo e vereadores que não haviam se manifestado; 07/12/2020 – Anexadas sugestões do INPAR; 04/02/2021 – Realizada diligência; 15/04/2021 – Envio de cópia do projeto ao Executivo e ao Ministério Público para análise de sugestões e/ou objeções; 24/03/2022 – Ofício ao Executivo e à Procuradoria-Geral do Município para análise do projeto e indicação de sugestões ou objeções; 06/02/2025 – Encaminhado ofício às Comissões Permanentes da Câmara e às Secretarias Municipais para manifestação de sugestões ou objeções; 14/03/2025 – Ofício da Secretaria de Cultura e Turismo em resposta à solicitação da Comissão; 26/05/2025 – Ofício da Procuradoria-Geral solicitando agendamento de reunião técnica; 05/09/2025 – Anexado parecer jurídico (Dra. Raíssa). Permanece em deliberação na Comissão.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação.

VERª. LAÍS PIMENTA DE CARVALHO SACODA
Membro

VERª. MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS
Membro

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 1251, DE 16/11/2026
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1313

“OUTORGA O TÍTULO DA ORDEM DO MÉRITO MUNICIPAL AO SENHOR VITOR APARECIDO DE PAULA”.

A Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso no uso de suas atribuições legais aprovou e o seu Presidente promulgou a seguinte Resolução:

ART.1 º - Fica outorgado o Título da Ordem do Mérito Municipal ao Senhor **“VITOR APARECIDO DE PAULA”**

ARTº 2 º - A outorga de tal honraria dar-se-á em sessão solene especialmente convocada para este fim.

Art. 3º - Está resolução entrará vigor na data de sua promulgação.

São Sebastião do Paraíso/MG, 16 de novembro de 2026.

AUTOR: VEREADOR PAULO CESAR DE SOUZA

CAMARA MUNICIPAL DE SAO SEBASTIAO DO PARAISO:20926044000154
Assinado de forma digital por CAMARA MUNICIPAL DE SAO SEBASTIAO DO PARAISO:20926044000154
Dados: 2026.11.18 15:39:41 -03'00'